

O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas

Marcelo Baumann Burgos*
Luiz Fernando Almeida Pereira**
Mariana Cavalcanti***
Mario Brum****
Mauro Amoroso*****

Resumo

Com base em quatro estudos de caso em favelas, o artigo busca analisar as percepções que seus moradores têm feito das UPPs, que têm sido implementadas como uma nova forma de policiamento para as favelas do Rio de Janeiro. O impacto das UPPs no cotidiano dos moradores e nos seus projetos de vida, na imagem da favela, nas suas relações com o conjunto da cidade e nas suas vidas associativas foram os tópicos explorados no presente artigo. Com base nessa abordagem empírica, o artigo formula uma reflexão sobre os dilemas, limites e potencialidades das UPPs, e do seu alcance sobre o exercício da cidadania não apenas nas favelas ocupadas por essa forma de policiamento ostensivo, mas no conjunto da metrópole.

Palavras-chave: Favelas; segurança pública; polícia; cidadania; UPP.

* Marcelo Baumann Burgos é professor e pesquisador do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Tem realizado pesquisas nas áreas da sociologia urbana, do direito e da educação. Entre outros trabalhos, publicou *A escola e a favela* (2009), e “Escola pública e segmentos populares em um contexto de construção institucional da democracia”, *DADOS*, vol. 55, nº 4, 2012. E-mail: burgos@puc-rio.

** Luiz Fernando Almeida Pereira é mestre em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ) e doutor em Saúde Coletiva (IMS/UERJ). Professor do departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, autor dos livros *De olhos bem abertos: redes de tráfico em Copacabana* (Ed.FGV) e *Pensando com a Sociologia em co-autoria com João Marcelo Maia*. (Ed DFGV). E-mail: luizfernandoap@yahoo.com.br

*** Mariana Cavalcanti, doutora em Antropologia pela University of Chicago, é Professora Adjunta da Escola de Ciências Sociais e História/CPDOC - FGV, onde coordena o Programa de História Oral e integra a coordenação do Laboratório de Estudos Urbanos (LEU). Autora de diversos artigos sobre urbanismo, moradia e favelas no Rio de Janeiro, codirigiu (com Thais Blank e Paulo Fontes) o documentário *Favela Fabril* (2012, 49'). E-mail: Mariana.Cavalcanti@fgv.br

**** Mario Brum é mestre e doutor em História (UFF), atualmente fazendo Pós-Doutorado em Planejamento Urbano pela FAPERJ no IPPUR-UFRJ. É autor do livro *Cidade Alta: história, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro* (Ed. Ponteio). E-mail: prof.mariobrum@gmail.com

***** Mauro Amoroso é mestre em História pela UFF, doutor em História pelo CPDOC/FGV e professor da UCAM. Tem realizado estudos sobre história das favelas tendo como foco a cultura visual e memórias e representações políticas. É autor do livro “*Nunca é tarde para ser feliz? A imagem das favelas pelas lentes do Correio da Manhã*” (CRV. 2011). E-mail: amoroso.mauro@gmail.com.

Abstract

This paper analyzes the perceptions of residents of four favelas of the UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora, or Pacifying Police Units), currently implemented in Rio de Janeiro as a new form of policing targeting the city's shantytowns. The paper is particularly concerned with how the UPPs impact residents' daily lives, their future projects, their relations vis-à-vis the so-called formal city, and their associational life. The analysis of this empirical data allows for an assessment of the dilemmas, limits and potentialities of the UPP program, and grounds a reflection on its reach in terms of assuring citizenship rights not only in favelas ostensibly occupied by UPPs but in the metropolis at large.

Keywords: Favelas; public security; police; citizenship; UPP.

Apresentação

Após mais de três décadas de experimentos fracassados de programas de segurança pública no Rio de Janeiro, as Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs têm sido tratadas como uma resposta bem-sucedida para a questão da violência nesse estado, em especial na sua capital. Sua fórmula: criação de um batalhão especial para a ocupação policial ostensiva de territórios populares, em geral favelas, e consequente consolidação do combate à presença de gangues de traficantes fortemente armadas, situação que na cena urbana local vinha sendo percebida como a principal responsável pela produção da violência urbana.

De fato, em seus pouco mais de quatro anos de existência, as UPPs vêm ganhando a adesão de diferentes setores da sociedade, unindo grupos e atores políticos que tradicionalmente ocuparam posições antagônicas com relação aos temas e debates usualmente relacionados a segurança pública, justiça social, cidadania e acesso a direitos: políticos de esquerda e direita, militantes *grassroots*, intelectuais, lideranças comunitárias e empresariais tecem louvores às UPPs. Mesmo as vozes dissonantes no espaço público se veem forçadas a qualificar as críticas e a apontar os limites ou falhas pontuais dessa política, ao invés de simplesmente descartar ou deslegitimá-la.

Na ocasião da inauguração da primeira Unidade, na favela do Santa Marta, em dezembro de 2008, os jornais sequer a anunciaram com a sigla que hoje foi consagrada – agora estampada em *outdoors* e anúncios em ônibus, sinalizada nas ruas, e disputada por iniciativas da Prefeitura e do governo do Estado. Dois meses depois da inauguração no Santa Marta, foram instaladas as UPPs – então já nomeadas como tais – do Batan e da Cidade de Deus, respectivamente em 16 e 18 de fevereiro de 2009. Nessa ocasião, ficaram claras as intenções da Secretaria de Segurança de que a UPP passara, agora, a ser um modelo a ser implementado em diversas áreas da cidade. Também começava a ser enfatizado que o propósito das UPPs era, primordialmente, o desarmamento do tráfico e a “retomada” de territórios perdidos para o Estado.

A partir de 2010, percebe-se uma ampliação inequívoca da escala e abrangência das UPPs. A estratégia passa a ser a ocupação de diversas favelas ao mesmo tempo, com a instalação de múltiplas UPPs a partir da ocupação de aglomerados (ou complexos) de favelas. Além disso, as ocupações passaram a ser anunciadas com alguma antecedência na grande mídia pelo governador ou pelo secretário de segurança. E desde então não houve mais resistência do tráfico, ao menos no momento das ocupações.

Frente à rápida expansão das UPPs, em novembro de 2010, uma série de distúrbios – em sua maior parte roubos de carros, em seguida incendiados – fomentou a ideia de que se tratava de uma reação do tráfico à política de segurança pública. Ainda que a maior parte dos incidentes tenha ocorrido fora da Zona Sul “pacificada”, o saldo de 125 incêndios, que reduziram a cinzas 34 ônibus, seis caminhões, 84 veículos e um imóvel,¹ serviu de estopim da crise que culminou na (segunda) ocupação dos complexos da Penha e do Alemão pelas forças de segurança do governo Sergio Cabral. A operação foi transmitida ao vivo na televisão, e contou com dois mil homens, blindados da Marinha, tanques, e helicóp-

teros. Desta vez, a ocupação se deu sem maiores incidentes. Com a Penha e o Alemão, considerava-se superado o desafio de ocupação de um grande conglomerado de favelas. A escala dessa ocupação militar, sua ampla midiáticação, bem como a forma relativamente pacífica com que ocorreu, serviram de estímulo à ampliação, agora com mais intensidade, para a política de implantação de UPPs.

Assim, ao longo de 2011 o “cinturão” de favelas com UPPs no entorno das Zonas Norte e Sul se completou, com a ocupação da Mangueira e de favelas no bairro do Engenho Novo, como o Morro de São João, e pela mais recente ocupação da Rocinha e do Vidigal – essas duas situadas na Zona Sul, inicialmente por recrutas recém-formados de outros batalhões da polícia militar e mais tarde por UPPs.

Com o êxito inicial das UPPs, e em resposta a crescentes demandas pela “entrada” do Estado nas favelas para além da presença da polícia, é lançado, em agosto de 2010, o programa UPP Social, com a missão de produzir informações detalhadas sobre cada área de UPP, de modo a subsidiar a implantação de ações sociais e fortalecer canais de diálogo entre moradores, lideranças e gestores públicos. Com a criação de um braço social sob a égide do programa policial, confirmava-se a contradição que vem permeando o próprio processo de consolidação das favelas cariocas, articulando-se a ampliação do acesso a direitos não tanto à cidadania de seus moradores, mas a necessidade de conter a ameaça que esses territórios representariam para a cidade (ver Cavalcanti, 2007).

A premissa deste artigo é a de que a UPP efetivamente demarca uma inflexão na política de segurança pública do governo do Estado que, até então, havia sido marcada por operações policiais violentas e letais, que tiveram seu momento mais dramático na (primeira) ocupação do Complexo do Alemão em Junho de 2007, episódio também conhecido como Chacina do Pan, em que 19 pessoas foram mortas, muitas delas com indícios de terem sido executadas.² Todavia, ainda se sabe pouco sobre o efeito da UPP na relação da favela com a cidade, mais especificamente de como ela afeta a percepção de seus moradores sobre a cidade, e suas chances de inclusão efetiva no mundo dos direitos.

Neste artigo, apresentamos os principais resultados de uma pesquisa de campo realizada ao longo de 2011, e que teve como principal objetivo ouvir diferentes tipos de moradores de favelas a respeito dos efeitos da UPP sobre os lugares em que moram e sobre suas vidas.³ A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas com roteiro com moradores, lideranças e comerciantes de quatro favelas, três delas contempladas pela UPP (uma localizada na Tijuca, outra no Leme e uma terceira em Copacabana), e uma submetida à dominação de grupos de traficantes (localizada no subúrbio da cidade).⁴ Também foram realizados grupos focais com moradores dessas quatro áreas.⁵ No total, foram realizadas 94 entrevistas, com a seguinte distribuição:

| Localização da Favela | Entrevistas realizadas |
|-----------------------|------------------------|
| Tijuca | 27 |
| Copacabana | 15 |
| Leme | 28 |
| Subúrbio | 24 |
| Total | 94 |

Antes de passarmos à apresentação dos dados produzidos pela pesquisa é importante realizar uma breve reflexão sobre a história da segurança pública no Rio de Janeiro a fim de melhor delimitar as especificidades da UPP.

I. Afinal, o que é a UPP?

I.1 – Antecedentes

Segundo o que está no sítio da Secretaria de Segurança Pública, o “conceito” que norteia a UPP é o de constituir uma “polícia da paz”, apresentada como “importante arma do Governo do Estado do Rio e da Secretaria de Segurança para recuperar territórios perdidos para o tráfico e levar a inclusão social à parcela mais carente da população.” Ainda segundo este sítio, a experiência segue os princípios do Policiamento Comunitário.

É de fato notável a justaposição entre a linguagem da guerra (pela conquista de territórios) e a linguagem dos direitos implicada na aderência aos princípios do policiamento comunitário, tal como o modelo implementado nos Estados Unidos, Canadá e alguns países europeus dos anos 1970 em diante – isto é, uma polícia de proximidade, cuja atuação é baseada na prevenção, diálogo e mediação (em contraposição ao policiamento “tradicional”, calcado em políticas basicamente repressivas).

Essa aparente contradição, no entanto, não é prerrogativa exclusiva do programa das UPPs, mas constitutiva do modo como a construção política da segurança pública orientada para as favelas vem se delineando desde os anos de 1980. Após a tentativa malsucedida de sua implantação em Copacabana, em 1994 (ver Musumeci *et al.*, 1996), a ideia de polícia comunitária e a prática do policiamento de favelas vêm convergindo. Nesse sentido, se dissecarmos as premissas das UPPs em seus elementos estruturantes, verificamos que se trata de uma estratégia que articula, sob nova combinação, elementos que já vinham pautando o debate político e as experiências de políticas de segurança, e que pretendiam equacionar uma agenda de direitos humanos com a manutenção da ordem pública em um contexto caracterizado por uma perversa simbiose entre as forças policiais e as redes de criminalidade.

A UPP é, portanto, fruto de um processo histórico mais amplo e para compreendê-la seria preciso fazer um recuo para recuperar as trajetórias das ideias e práticas que constituem e justificam essa experiência.⁶ Para os fins deste artigo é suficiente apontar que a UPP é, na verdade, filha de uma história de fracassos de experiências de policiamento especializado para favelas. Isto não significa que muitas dessas experiências não contivessem virtudes que mais tarde serão incorporadas ao modelo da UPP. É o caso, por exemplo, do Mutirão pela Paz, forma de policiamento comunitário experimentada entre 1999 e 2000,

e que inspirou o Grupamento de Policiamento de Áreas Especiais (GPAE), que teve uma bem-sucedida, mas curta e pontual carreira.⁷

O fato é que cada vez que esses experimentos são interrompidos parecem acrescentar mais força ao argumento de que a única forma de se enfrentar o problema da territorialização do tráfico nas comunidades populares é através da metáfora da guerra, elegendo o tráfico como inimigo a ser destruído. Nesta versão conservadora do problema, as favelas se transformam em palco de enfrentamentos extremamente belicosos com alto custo humano. Mas como essa resposta tampouco produz resultados palpáveis na redução da criminalidade violenta, mas ao contrário, tende a incrementá-la, e, além disso, tem sempre elevado custo político para os governos, animando movimentos críticos, especialmente de entidades de direitos humanos nacionais e internacionais, chega-se a uma situação de impasse. Seu resultado é, de um lado, a formação de um sentimento de profundo descrédito por parte da população, em especial a moradora de favelas, quanto à capacidade das autoridades para oferecer uma alternativa consistente ao problema da criminalidade violenta, e de outro, certa tendência à resignação quanto à inevitabilidade de se conviver com os mandões locais armados.⁸

É nesse quadro de profunda degradação da confiança na autoridade pública e na polícia em particular, que se forma um tipo novo de mandão local, conhecido como milícia, em geral composta por policiais, ex-policiais e militares do corpo de bombeiros. Em sua fase inicial, a milícia se vale da justificativa de que mantinha o território sob seu domínio imune ao jugo das gangues de traficantes; posteriormente abandona sua pretensão de legitimidade em favor de uma ação mais ostensiva e truculenta, que mantém suas populações sob permanente ameaça e sentimento de medo (ver Burgos, 2002; Cano, 2009).

I. 2 Especificidades da UPP

Como se vê, entre os antecedentes da UPP não apenas se encontram diferentes formatos institucionais para a intervenção policial em favelas, mas também um quadro de progressiva degeneração da polícia, do que é sintoma a emergência das milícias. Embora a UPP se apresente como mais uma tentativa em meio a esse processo de ensaio e erro, ela reúne diferenças que precisam ser salientadas a fim de que se possa ter clareza sobre o que se está falando quando se fala de UPP.

Do ponto de vista de seu desenho institucional, uma primeira característica importante da UPP refere-se ao fato de que ela rompe com a ideia de que a questão da crise de segurança pública seria solucionada com o fim das atividades comerciais mais ordinárias do tráfico de drogas – isto é, a venda de drogas pelas chamadas “bocas” nas favelas. Ao colocar como seu principal objetivo não a pretensão de acabar “com o tráfico”, mas, sim, a de “acabar com a circulação de armas nas mãos de gangues de traficantes”, as UPPs obrigam o próprio discurso público a complexificar o debate em torno da segurança pública, dissociando o problema do combate ao tráfico de drogas do problema da territorialização da economia do tráfico. Com isso, pode colocar o foco no problema da “retomada de

territórios” antes dominados por gangues de traficantes fortemente armados, comprometendo-se, necessariamente, com uma pauta mais ligada à necessidade de emancipação dos moradores desses territórios do jugo dos traficantes. É verdade que há algo disso em experiências anteriores, como, por exemplo, no Mutirão pela Paz, mas é com a UPP que essa redefinição do papel da polícia na favela ganhará maior consistência.

Uma segunda singularidade da UPP frente às políticas que a antecedem, é a subordinação da agenda social à policial: a rotulação de UPP Social à agenda de ações elaborada para se seguir à ocupação policial é uma forte evidência disso. O acesso aos programas sociais e iniciativas de inclusão social, que tendem a se desenvolver nas áreas de UPP, fica assim subordinado a uma espécie de desconstrução da favela como *locus* por excelência da criminalidade. Assim é que a agenda de acesso a direitos dos moradores de favelas passa a se confundir com o discurso da “pacificação” promovida pela policialização de territórios populares.

A terceira característica que singulariza a experiência da UPP tem sido o apoio da grande mídia, que não pode ser entendido como um reflexo “espontâneo” do êxito e visibilidade do programa, mas, antes, como peça-chave da sua própria montagem. Prova evidente disto é que desde o início, logo após a ocupação da primeira favela, a grande imprensa já conferia à UPP uma enorme projeção, desproporcional ao seu alcance naquele momento.⁹ Esse fator se mostraria de fundamental importância para sedimentar, em curto espaço de tempo e, na verdade, com muito pouco debate entre os atores da vida organizada da cidade, um forte apoio da opinião pública, que vai encorajar as autoridades a tomarem a experiência pontual do Santa Marta como um novo programa de segurança pública.¹⁰

Uma quarta singularidade da UPP refere-se ao amplo apoio que ela vem recebendo do empresariado e que, na verdade, também está relacionado com o apoio da grande mídia. O programa da UPP foi concebido e implementado em meio ao processo de transformação do Rio de Janeiro em palco de grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, e com isso o empresariado também vem ganhando maior protagonismo na gestão da cidade. Nesse contexto, especialmente os setores do empresariado ligados à economia do petróleo, ao capital imobiliário, e às indústrias do turismo, comunicações e serviços em geral começam, gradualmente, a aderir à UPP, enxergando nela uma oportunidade para aumentar o controle sobre territórios da cidade até então entregues à lei do mais forte. Nesse caso, as favelas localizadas no que convencionou chamar de cinturão olímpico, que inclui toda a Zona Sul e parte das Zonas Norte e Oeste da cidade, têm despertado especial interesse, seja por sua importância para a logística de eventos como a Copa e as Olimpíadas, seja por seu apelo para o mercado imobiliário.

Com isso, diversos tipos de apoio têm sido obtidos junto à iniciativa privada, incluindo aporte financeiro para manutenção e suporte logístico das UPPs; não menos importante tem sido o apoio que a Federação de Indústria do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) vem dando às iniciativas da UPP Social.

O foco exclusivo na expulsão dos grupos armados das favelas, a submissão da agenda social à lógica da ocupação policial, o amplo apoio midiático, e a mobilização do empresariado distinguem, portanto, a experiência da UPP das políticas implementadas antes dela. Mas seria demasiado superficial aceitar essa caracterização das singularidades da UPP sem colocar em questão o que está por trás de sua lógica de atuação ostensiva e focalizada em determinados territórios. Como o próprio nome da unidade policial indica, sua pretensão é a de pacificar territórios que estariam em guerra, abstraindo-se que parte fundamental dessa situação de conflagração seria resultado da ação da própria polícia, e da relação que a cidade de um modo geral estabeleceu com as favelas. Daí a inevitabilidade de se trazer para a reflexão acerca da caracterização da UPP o debate bibliográfico que trata da relação da favela com a cidade.¹¹

I. 3 – A UPP e a relação das favelas com a cidade

O processo de redemocratização por que passa o país a partir dos anos de 1980, culminando com a nova Constituição de 1988, coloca em movimento uma complexa dinâmica que, paradoxalmente, faz com que os avanços na ampliação dos direitos sociais sejam acompanhados por constrangimentos crescentes na afirmação dos direitos civis e políticos. De fato, toda a agenda afirmativa desenhada em 1988, e que Angelina Peralva (2000), com razão, define como “dessegregadora”, é, paradoxalmente, acompanhada pelo agravamento da violência urbana e, muito especificamente, pela exposição das populações das favelas à brutalidade decorrente da lógica territorialista do tráfico de drogas, combinada à forma irresponsável de atuação da polícia, ora recebendo propina – no jargão nativo o chamado “arrego” – do tráfico para não incomodá-lo, ora realizando incursões nas favelas que quase sempre deixam como saldo um grande número de vítimas fatais e de traumas psicológicos. Desse modo, apesar da afirmação crescente da defesa dos direitos fundamentais do indivíduo, especialmente consagrados pelo Artigo 5º da Constituição de 1988, a população da favela tem convivido com situações de completa ausência do direito civil mais elementar, que é o direito à integridade física e o direito à vida.

De outra parte, a ampliação do poder de consumo dos moradores de favelas, que se verifica, sobretudo, a partir dos anos de 1990, dá vida a uma intensa atividade econômica imobiliária e de serviços nesses territórios. Mergulhada na informalidade e, frequentemente, na clandestinidade, essa atividade econômica vigora segundo a *lei do mais forte*, sancionada pelo tráfico ou pela milícia. Por aí, também, os direitos civis, entre os quais o do consumidor, protegidos pela Constituição de 1988 e, muito especialmente pelo Código de Defesa do Consumidor (1990), são expropriados de boa parte dos moradores das favelas, que agora têm mais condições de acesso a bens até então inacessíveis, mas sob o preço de viver sob o jugo de grupos cada vez mais especializados em converter poder territorial em poder econômico e poder econômico em poder territorial.¹²

Finalmente, a abertura da competição política provocada pela redemocratização também levou a que, paradoxalmente, os moradores das favelas ficassem mais expostos

a constrangimentos políticos produzidos por máquinas partidárias que não se furtam a fazer alianças com agentes do tráfico – mais recentemente, essa dinâmica foi ainda mais acentuada com a chegada das milícias – expropriando, por aí também, de boa parte dos moradores de favelas os direitos políticos recentemente reconquistados pelo conjunto da população brasileira.

Evidência disso pode ser verificada na própria história do movimento associativo de favelas, surgido ainda nos anos 1920, mas que passa a ter um maior grau de organização no fim dos anos 1940, na luta contra a remoção de favelas e por itens básicos de urbanidade (Fischer, 2008; Gonçalves, 2010). Após o florescimento verificado no início dos anos de 1980, quando chegou a conquistar certa densidade organizacional, o associativismo da favela logo começa a sofrer crescente erosão, em parte pela emergência da lógica territorialista do tráfico, mas também pelo assédio, igualmente crescente, das máquinas políticas. O resultado disso foi o seu esvaziamento, que impediu que a redemocratização se traduzisse em um ganho mais consistente no capital social de sua população.¹³

Nesse quadro, a população da favela vai ficando sem capacidade de vocalizar suas demandas e interesses, e a não ser de forma excepcional, não participa da esfera pública, do que não deixa de ser sintomática a hipertrofia da presença das igrejas, especialmente as neopentecostais, no seu *mundo da vida*. E, ao menos neste caso, não parece haver paradoxo no fato de boa parte dos vereadores da cidade se autodefinirem como representantes de comunidades específicas, muitas delas favelas. É que a política do Rio de Janeiro se articulou com a lógica de territorialização da cidade, aprofundando a fragmentação do tecido urbano, e inibindo a formação de redes horizontais que permitiam uma redefinição da própria noção de direito à cidade sob a égide da Carta de 88 (ver Burgos, 2005).

Assim é que, quando vista do ângulo do morador das favelas, a redemocratização do país – e isto que vale para as favelas cariocas, também vale, em maior ou menor escala, para as favelas de outras cidades brasileiras, bem como para outros espaços urbanos populares como loteamentos e conjuntos habitacionais – se desdobra em um processo ambíguo, caracterizado, de um lado, pela agenda de urbanização das favelas e da efetiva ampliação do acesso aos direitos sociais mais fundamentais, mas, de outro, pelo constrangimento de seus direitos civis e políticos mais fundamentais. Não surpreende, portanto, que em seu estudo longitudinal, Janice Perlman (2010, p. 201) tenha identificado certo sentimento de “desilusão com a democracia” entre os moradores de favelas, pois apesar de reconhecerem que algumas coisas melhoraram com a redemocratização, “identificam pouca diferença na sua vida cotidiana, e sob alguns aspectos até mesmo uma piora”.

Uma das consequências mais perversas desse processo é a criminalização das populações das favelas, o que é ao mesmo tempo causa e consequência da redução da discussão da segurança pública à questão da favela. De fato, não raro os moradores de favelas têm sido percebidos como cúmplices das gangues de traficantes, situação que os deixam permanentemente preocupados com o que Marcia Leite (2008, p. 135) qualifica como um esforço de “limpeza moral”, “para se diferenciarem, enquanto ‘trabalhadores’, dos ‘vagabundos’ e ‘bandidos’”.¹⁴ Em suma,

embora os efeitos da redemocratização e da Carta de 88 venham promovendo maior acesso dos pobres da cidade aos direitos sociais, a redemocratização também é acompanhada por sua estigmatização, acentuando, assim, a segregação urbana de seus territórios de moradia.

O saldo da redução da discussão da segurança pública à questão da favela no Rio de Janeiro é o quase completo deslocamento da dimensão regulatória do centro do debate, vale dizer, da relação entre sociabilidade e direito. Para escapar a essa redução do debate seria necessário considerar que a relação do direito com a sociedade pressupõe arranjos institucionais capazes de favorecer a difusão de padrões universais de expectativas, norteados por uma moralidade embebida no direito. Mas, para ativar essa perspectiva a respeito da agenda da segurança pública, seria preciso levar em conta as formas pelas quais se organizam os diferentes padrões de sociabilidade. Daí a importância heurística da noção de *sociabilidade violenta*, originalmente formulada por Luiz Antonio Machado da Silva (2008), que procura colocar no centro do debate justamente o fato de que a compreensão do que ocorre na favela demanda que se desloque a perspectiva usual de olhá-la pelo ângulo da “violência urbana”, que é, afinal, uma categoria social muito pouco precisa, e de, diversamente, examiná-la como um território onde falta regulação pública e onde, afinal, prevalece a “lei do mais forte”.

É somente porque se perdeu o contato com essa concepção mais ampla de segurança pública que se pode apresentar a UPP como uma nova política de segurança pública, quando na verdade é, sobretudo, um programa, ainda em construção, de reorganização da lógica de atuação policial.

Estas considerações a respeito do processo que afinal levou à definição da fórmula UPP dialogam com o material empírico levantado em nossa pesquisa de campo. Com efeito, conforme se verá, as falas dos entrevistados com relação à UPP revelam uma polifonia rica em contradições e ambiguidades, que ainda está longe de apresentar uma opinião consensual sobre aspectos fundamentais a uma política de segurança pública. Tal polifonia ganha melhor inteligibilidade quando consideramos as características históricas e institucionais mais marcantes da UPP. Em primeiro lugar, o fato de ela resultar de uma história política contraditória na qual as conquistas populares vieram acompanhadas de constrangimentos que abalaram em muito a confiança da população no Estado e na política de uma maneira geral e, muito especialmente, na polícia. Donde a pergunta: como converter a polícia que, durante tanto tempo foi identificada como uma dos algozes da população das favelas, em sua libertadora?

E, em segundo lugar, o fato da UPP ser basicamente uma experiência policial que ainda guarda relação com a lógica da guerra, isto é, pela definição de um inimigo (os grupos de traficantes) que, como também vimos, aparece aos olhos da própria polícia como submerso em uma teia de relações interpessoais que se confundem com a sociabilidade do morador comum. Desse modo, à desconfiança da população da favela em face da polícia, sobrepõe-se a desconfiança da polícia em face da população da favela. Ora, nesse ambiente de desconfiança mútua, como construir um clima de diálogo e de cooperação?

Na medida em que procura interpelar a perplexidade produzida pela UPP entre os diferentes segmentos que vivem e trabalham nas favelas, a pesquisa apresentada neste artigo pretende abrir boas pistas para a formulação de respostas políticas e institucionais a essas questões, que afinal desafiam o necessário processo de conversão da UPP em uma efetiva política de segurança pública.

II – Os Moradores e o Efeito UPP

Toda política ou programa que tenha como alvo a favela é, de algum modo, obrigada a levar em conta que, diferentemente dos territórios ordinários da cidade, regulados por regras potencialmente universais, cada favela tem a sua especificidade, definida por uma história que, apesar de conter muitos elementos em comum com as demais, foi construída em um contexto caracterizado pela informalidade, sob arranjos ecológicos próprios, que animam a construção de representações sobre o lugar que, não por acaso, costumam hipervalorizar a sua especificidade.

Mas, para além do que há de específico em cada favela, é importante considerar que a representação sobre ela está sobrecarregada por um conjunto de imagens que, para os moradores, tanto podem servir para reivindicar sua homogeneidade em face das demais áreas da cidade, como para postular sua singularidade, mesmo em face de uma outra área da própria favela. Trata-se, em suma, de representações sobre o território que assumem geometrias variadas.

Do ponto de vista da análise, para lidar com essa situação é preciso exercitar uma perspectiva capaz de olhar a favela de fora e de dentro, e de longe e de perto.

Olhando de fora e de longe, podemos afirmar que os três casos de favelas com UPP por nós estudados têm alguns elementos em comum. O mais evidente deles é a sua condição de enclaves populares em meio a bairros de classe média e alta. Nesse sentido, as fronteiras das três favelas com o entorno são marcadas pelo nítido contraste de classe, situação ecológica que traz uma série de repercussões importantes, como, por exemplo, a que, historicamente, se verifica em questões de segurança pública: enquanto uma incursão policial na favela pode produzir uma certa sensação de segurança entre os moradores dos bairros de classe média localizados em seu entorno, essa mesma operação costuma produzir momentos de profunda apreensão entre os moradores da favela.

As três favelas também têm em comum o fato de serem ocupações relativamente antigas e consolidadas; nos três casos, fortemente ligadas ao ciclo de modernização da economia do país entre os anos de 1930 e 1970, e que, exatamente por estarem localizadas em regiões centrais da cidade, foram territórios disputados e conquistados por um esforço de mobilização coletiva de seus moradores, sempre com o apoio de setores ligados à Igreja Católica e de entidades civis da cidade (Burgos, 1998).

Outro elemento em comum diz respeito à sua vida associativa. Nos três casos estamos diante de um tipo de organização orientada para a luta contra a remoção, a consolidação do espaço urbano por meio da conquista de um mínimo de urbanidade e, em seguida, uma

ampliação da agenda com a luta por equipamentos como escola, posto de saúde, e áreas de lazer. A luta por segurança pública, embora crucial, sempre esteve, historicamente, asfixiada pelas formas autoritárias e arbitrarias de organização do poder vigente nas favelas.

Em todos os casos também estamos diante de uma vida associativa que, durante os anos 60, atravessou um período de grande subordinação ao poder público, quando as associações de moradores atuavam mais como porta-vozes do poder público junto à população da favela que como representantes dos moradores junto ao poder público. Nos anos 80, até como resposta à intensa repressão da ditadura militar nas décadas anteriores, ganha corpo uma vida associativa mais autônoma nas favelas e na cidade de uma maneira geral, mas nas décadas seguintes observamos uma crescente subordinação da vida associativa das favelas às máquinas políticas, bem como uma crescente exposição a constrangimentos sofridos pela presença do tráfico.

Finalmente, é importante destacar que, em todos os casos, seus moradores estiveram expostos à chamada “sociabilidade violenta”: até os anos de 1980, a indivíduos que manipulavam bens coletivos como o acesso à água e à energia elétrica; e à polícia, que quase sempre de forma intempestiva costumava realizar incursões nas favelas, no mais das vezes desrespeitosas em face dos direitos civis básicos de seus moradores; e após os anos de 1980, quando os grupos de traficantes assumem uma nova feição, cada vez mais dotados de aparatos bélicos, e cada vez mais ostensivos em sua ação de controle do território.

Mas, se esses aspectos comuns permitem falar da favela em geral, é necessário olhá-la de dentro e de perto para poder ver nuances e especificidades que, de outro modo, acabam ocultadas sob o biombo tão bem caracterizado por Lícia Valladares (2005) como o “dogma da unidade da favela”.

Considerando que a política da UPP foi originalmente concebida sob a ideia de unidade, muito mais do que da diversidade das favelas, ganha importância destacar a singularidade ecológica de cada caso, fruto de trajetórias específicas de conquista de territórios de moradia e de estratégias locais de acesso à cidade, bem como de situações próprias de relação com o tráfico e com a polícia. Afinal, sem levar em conta essa visão interna da favela, seria difícil compreender a percepção que os moradores têm construído acerca da UPP, marcada, como veremos, por padrões distintos de resistência e de desconfiança em face do Estado, da política e da polícia.

II.1 – Recorrências e singularidades dos casos estudados: diferentes arranjos na relação entre o tráfico, a polícia e a vida associativa

Nessa proposta metodológica, de valorizar as especificidades empíricas de cada caso, ganham importância as diferentes configurações da vida associativa de cada favela, na medida em que se articulam com a memória coletiva de cada lugar, e com a percepção a respeito do grau de controle dos moradores sobre a violência decorrente da dinâmica tráfico-polícia.

Na *favela da Tijuca* existe uma rica história de associativismo, que tem início nos anos de 1950, quando da mobilização contra uma ação de despejo sofrida por seus mo-

radadores. A favela teria sido palco, inclusive, da criação da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), sob a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa marca de origem se desdobrará em uma história de resistência em face de tentativas de remoção, e na luta pela implementação de serviços habitacionais básicos.

Mais tarde, a partir dos anos 1990, a vida associativa perde representatividade junto aos seus moradores, e para isso concorreu o estigma decorrente de sua suposta ligação com o tráfico de entorpecentes.

Assim como na Tijuca, desde a década de 1940 a política de remoção de moradores de favelas levou os moradores da *favela do Leme* a criarem uma das primeiras associações de moradores das favelas cariocas, configurando uma das mais antigas experiências de movimento comunitário na cidade.¹⁵ Posteriormente, seus moradores tiveram que se mobilizar coletivamente para dotar a favela de um mínimo de infraestrutura e também para resistir às novas tentativas de remoção, levadas a cabo parcialmente no início da década de 1970, quando parte da comunidade foi transferida para conjuntos localizados na periferia da cidade, distantes até 50 quilômetros (ver Brum, 2012).

Atualmente, o associativismo de moradores da *favela do Leme* se distingue não apenas por sua forte relação com a Igreja Católica, mas também sua estreita relação com o Partido dos Trabalhadores, o que tem assegurado maior acesso a investimentos públicos nos últimos anos.

A *favela de Copacabana* apresenta uma vida associativa mais fragmentada do que a dos dois outros casos, razão pela qual a favela parece mais aberta a diferentes tipos de ações e projetos por parte de ONGs, igrejas, e poder público, não necessariamente canalizadas por suas associações de moradores. O grau de atomização encontrado na *favela de Copacabana* fica bem evidente neste trecho do grupo focal, no qual os moradores formulam uma autocrítica sobre sua participação nas questões da comunidade:

[Moderadora]

E vocês acham que a comunidade é unida ou coesa o suficiente para conseguir fazer isso?

[Participante 3]

Não... Você faz uma lista, abaixo-assinado ou alguma coisa, aparecem 10 ou 20, o resto fala que não quer se meter, não quer saber, não quer perder tempo.

[Participante 1]

Ninguém faz reunião ou quando tem não vai...

[Participante 8]

Não, a questão não é essa! Todo mundo sabe qual é a questão...

[Vários começam a falar ao mesmo tempo.]

[Participante 1]

O pessoal da comunidade é muito individualista. Nós tínhamos

que ser mais coletivos quando se trata de questões que são em prol de todo mundo. [*Vários concordam, dizendo “é verdade”.*] Se marcam uma reunião, o morro tem mais de cinco mil pessoas, e na reunião só vão cem, é muito mais difícil. Cada um só trata de si, a lei aqui do morro é assim, não existe nada coletivo.

Essas diferentes histórias da vida associativa de cada favela definem diferentes padrões de relacionamento com a cidade e suas instituições, e estão articuladas com os diferentes padrões de relação com a polícia e com o tráfico em cada caso, e com diferenças identificadas pela pesquisa na percepção da violência que antecede à chegada da UPP.

No caso da *favela da Tijuca*, a memória coletiva do período que antecede a chegada da UPP é de muito sofrimento, devido à alta exposição à guerra de traficantes. De fato, no final dos anos 1980, a situação dessa favela era percebida como um caso grave de submissão ao tráfico, levando, inclusive, a que a polícia comparasse sua situação com a do Cartel de Medellín.

Um de nossos entrevistados na *favela da Tijuca* chega a falar de “confronto com hora marcada”. Ao ser perguntada sobre qual era, na sua opinião, a finalidade da UPP respondeu:

para a gente serviu para dormir em paz. O pior dia de todos era domingo. Para a gente parecia que eles marcavam encontro dia de domingo. Antes, domingo, dava seis horas da noite e a gente começava a sentir uma preocupação imensa, eles subiam no campo, os daqui atiravam para lá, os de lá atiravam para cá, e a gente rezando para que amanhecesse o dia, porque a polícia só vinha quando amanhecia, não vinha de noite. Hoje eles estão aí, mas antes só vinham pela manhã. (*Mulher, 36 anos, comerciante*)

Mas a memória coletiva sobre a presença do tráfico na vida da favela não pode ser separada da forma pela qual a polícia lidava com o tráfico, e na *favela da Tijuca*, a exemplo do que veremos também nos dois outros casos estudados, chegou a ser experimentada como alternativa às incursões intermitentes da polícia um tipo de policiamento especial, por meio da implantação de um GPAE no local.¹⁶ A esse respeito um comerciante afirmou:

o sistema de DPO [que é na verdade o posto de operação do GPAE], foi implantado ali em cima devido às guerras que havia entre as facções. E a comunidade chegou a viver com mais tranquilidade, não era um treinamento igual ao da UPP, era o pessoal do 6º Batalhão, ficou 9 anos e saiu tem uns 4 anos. (*Homem, 36 anos, comerciante*)

O mesmo morador, em seu relato, observa que esse policiamento possuía um aspecto positivo ligado à diminuição da violência policial, e que seu fim não era algo desejado:

“Fiquei magoado com a retirada do DPO, pois o que eles queriam? Queriam sangue novamente? A relação com o DPO era boa”.

E, de fato, a saída do “DPO” [GPAE] parece ter precipitado no local uma situação de completo descontrole da situação, tal como relatado acima. De todo modo, essa é apenas uma das hipóteses para explicar o grau particularmente grave de exposição dos moradores da *favela da Tijuca* à violência provocada pela dinâmica tráfico-polícia. Mas o que mais importa sublinhar nesse momento é que a memória ainda muito viva de sofrimento de sua população em face dessa situação é relevante para a análise da sua percepção a respeito da UPP.

Essa memória de sofrimento se torna mais significativa quando comparamos a situação da *favela da Tijuca* com a dos dois outros casos. No caso da *favela do Leme*, o sentimento de exposição ao tráfico, embora existente, não apresenta a mesma dramaticidade, e tudo indica que as relações de seu associativismo com forças políticas importantes na vida da cidade podem ter funcionado como um fator mitigador da maior ostensividade do tráfico.

De todo modo, as falas dos moradores da *favela do Leme* sobre o tráfico apresentam elementos bastante contraditórios. Embora apontem para uma convivência pacífica, também estabelecem nítidos contrastes, particularmente os moradores mais velhos (com mais de 45 anos), com um tempo anterior ao tráfico em que suas rotinas não sofriam as restrições impostas pela *violência*, termo que em alguns depoimentos é o mais usado para definir a situação anterior à chegada da UPP. Além disso, na maior parte dos depoimentos estabeleceu-se um momento de ruptura, em que o tráfico local passa a ter uma postura mais agressiva.

[antes] Sair à noite era bem mais complicado, pois não se sabia o que ia acontecer. De uns cinco anos pra cá então, que começaram as invasões, era mais perigoso ainda. (*Mulher, 50 anos, liderança*)

Para responder ao incremento da violência no Leme, o governo chegou a instalar, no final dos anos 2000, um posto do GPAE naquela favela. É interessante anotar, no entanto, que com exceção de poucas lideranças, o GPAE não foi mencionado por nenhum morador. E mesmo as lideranças comunitárias só fizeram rápidas menções, a ponto de ter sido necessário recorrer a outras fontes para confirmar a existência do GPAE na localidade.

Uma das explicações para o “silêncio” sobre a experiência do GPAE pode ser a sua quase indiferença em relação à atuação dos traficantes no local, como demonstraram reportagens do jornal *O Dia*, acompanhadas com fotos revelando traficantes armados ao lado do posto do GPAE.¹⁷ Mas ainda que discreta na memória coletiva, e ainda que desmoralizada pela imprensa, não se deve descartar sua importância para a atenuação do grau de exposição do morador da *favela do Leme* à violência aberta do tráfico, a exemplo do que foi mencionado no caso da *favela da Tijuca*.

Mas, se é verdade que a memória coletiva da *favela do Leme* a respeito dessa dinâmica tráfico-polícia seja bem menos dramática que a verificada na Tijuca, nem por isso seus

moradores se mostram menos entusiastas quanto às mudanças trazidas pela UPP. Ao contrário, como veremos adiante, entre os três casos, o da *favela do Leme* é certamente o mais otimista em relação à chegada da UPP.

Diversa é a situação da *favela de Copacabana*. Neste caso, verifica-se uma combinação mais óbvia entre, de um lado, uma certa tendência a se relativizar o grau de constrangimento produzido pela presença da gangue de traficantes atuante na favela e, de outro, uma tendência correlata a ver com certo ceticismo a novidade trazida pela UPP.

Neste último caso, a experiência com o GPAE assume maior relevância na memória coletiva de seus moradores do que a notada no caso da *favela do Leme*. Por isso, ao menos para o caso da favela de Copacabana, faz sentido especular com ainda maior ênfase que a presença do GPAE talvez tenha contribuído para atenuar a sensação de ostensividade do tráfico, ao mesmo tempo em que também deve ter contribuído para a difusão de uma percepção mais cínica a respeito do trabalho policial, já que de forma até mais acentuada que o verificado na *favela do Leme*, na de Copacabana a convivência relativamente pacífica entre o tráfico e a polícia na época do GPAE foi mais duradoura e visível.

Outro dado importante para definir a percepção dos moradores da *favela de Copacabana* acerca do tráfico e da polícia é o fato de a favela ter sido contemplada, a partir de janeiro de 2007, pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que importou em um investimento de R\$ 35,2 milhões em obras de infraestrutura social e urbana no local, incluindo implantação e ampliação do sistema de abastecimento de água, de esgoto e de drenagem pluvial; recuperação e construção de vias internas e de acessos ao morro, construção de um elevador de acesso à parte alta da favela, e edifícios para moradia. É verdade que a relação da empresa responsável pelas obras do PAC no local e os traficantes que dominavam a favela foi marcada por vários momentos de tensão. Mas tudo indica que a realização de obras de grande porte na favela acabou contribuindo para ampliar as zonas de contato entre o poder público e o tráfico, aumentando os motivos de desconfiança por parte do morador, mas, por outro lado, tornando os traficantes menos hostis aos olhos da população.

O fato é que na *favela de Copacabana* está muito presente na fala de moradores a sugestão de que o tráfico não alterava profundamente a circulação das pessoas na comunidade. “O tráfico só mexe com quem mexe com ele”, foi uma afirmação recorrente nas entrevistas e conversas com a população local.

Postos em perspectiva, podemos afirmar que os diferentes arranjos de relação entre o tráfico, a polícia e a vida associativa, e suas formas de representação na memória coletiva dos moradores em cada caso estudado, compõem configurações específicas que precisam ser consideradas para melhor compreendermos os diferentes tipos de percepção em face do *efeito UPP*. Como veremos adiante, no caso da *favela da Tijuca* a memória de organização coletiva, de um lado, e a alta exposição ao tráfico, de outro, parecem ter criado condições mais favoráveis para que a população encarasse a chegada da UPP como resultado de sua própria reivindicação; já na *favela do Leme*, a presença de um associativismo com

forte relação com o poder público e com o PT, cria um ambiente muito favorável à UPP, apesar da memória em relação ao tráfico não ser tão marcante quanto a verificada no caso anterior. Já o caso da *favela de Copacabana* se distingue de ambos pelo fato de que, tanto o GPAE quanto a forte intervenção promovida pelo PAC, fizeram com que a vivência com a face mais truculenta do tráfico tenha sido relativamente menor do que a verificada especialmente na Tijuca. Além disso, diversamente do que se verifica na *favela do Leme*, não parece haver na favela de Copacabana uma proximidade tão orgânica com o poder público, fazendo com que seus moradores tenham uma postura mais cética e desconfiada em face da UPP.

O Caso da Favela sem UPP

Bem diverso é o caso de *favela do subúrbio*, e que na época da pesquisa não tinha sido ocupada pela UPP. Diferentemente dos três casos das favelas com UPP, que estão localizadas em bairros de classe média/alta da cidade, a *favela do subúrbio* é na verdade uma conturbação de 14 favelas, na qual vivem cerca de 50 mil pessoas. Está localizada em uma decadente zona industrial, do que é testemunho a existência de muitas ruínas de fábricas na região, boa parte delas depredadas e abandonadas, ou ocupadas e incorporadas às favelas circundantes, que também se misturam a conjuntos habitacionais construídos pelo governo ao longo do século XX.

Ao declínio da vida econômica da região somou-se a intensificação das rotinas territorializantes da criminalidade violenta do tráfico de drogas, de meados dos anos 1980 em diante. Nesse sentido, o afastamento da ideia de uma conformação à ordem pública ganha uma outra escala, se comparado ao limitado escopo de atuação do tráfico de drogas em favelas das Zonas Sul e Norte, como são nossos três estudos de caso. Os conflitos violentos com a polícia e as dinâmicas próprias do tráfico são muito mais ostensivos e constantes na *favela do subúrbio*. Em particular, o consumo de drogas é extremamente visível. Tanto a venda quanto o consumo de maconha, crack e cocaína acontecem abertamente em várias localidades da favela.

Por outro lado, a exemplo da *favela de Copacabana*, a *favela do subúrbio* por nós estudada está sendo beneficiada por obras do PAC, o que tem importantes repercussões na dinâmica da vida associativa local, bem como sobre a dinâmica mais recente da relação tráfico-polícia.¹⁸

Quando foi realizada a pesquisa de campo, o governo não havia anunciado projeto de instalação da UPP para a região, o que não impedia que os boatos a esse respeito proliferassem. No entanto, já estava em curso o projeto de construção do que vem sendo chamado de “Cidade da Polícia”,¹⁹ simbolicamente localizada no local em que os confrontos entre os traficantes e a polícia vinha sendo mais intenso.

Quanto à vida associativa dessa favela, pode-se afirmar que ela é muito fragmentada, composta por diferentes tipos de organizações. A pesquisa identificou uma disputa em torno da própria categoria de “liderança”, tornada evidente pelas estratégias de legitima-

ção de lideranças comunitárias na *favela do subúrbio*.²⁰ Em primeiro lugar, encontramos as lideranças históricas, ligadas à vida sindical e às associações de moradores, que prevaleceram até os anos 1990; uma segunda lógica de construção de lideranças apontava como atores relevantes os jovens universitários, que começaram a ganhar algum protagonismo na vida local mais recentemente; finalmente, a política local atual vem sendo conduzida por um terceiro grupo que aspira à condição de “liderança”, composto pelos atuais presidentes das associações de moradores que, apesar do cargo, parecem não desfrutar de muita legitimidade e reconhecimento por parte dos outros grupos.

Quando iniciamos a pesquisa de campo no local, uma das primeiras coisas que chamou a nossa atenção foram os silêncios suscitados em face de qualquer menção às associações de moradores. Essa questão reapareceu para a pesquisa quando começamos a selecionar os entrevistados. Quando indagados sobre quem seriam as boas “lideranças” para entrevistarmos, os moradores tendiam a apontar e recomendar pessoas que não tinham cargos ligados às associações de moradores e à política institucional.

Tudo indica que o PAC desencadeou um processo de substituição de lideranças, com figuras antigas da sua política comunitária cedendo lugar a novas “lideranças”, nem sempre moradoras da favela. Os silêncios que cercaram esse processo apontavam para um campo de muitas disputas. Uma entrevistada chegou a compartilhar com algum vagar suas opiniões sobre as associações de moradores, e mencionou abertamente o processo de substituição de lideranças. Quando indagada sobre o que precisaria mudar na favela não hesitou em apontar a política interna da comunidade:

Eu acho que pra melhorar, no geral, primeiro, tinha que mudar a política dentro da comunidade. Tem as associações, tem o presidente. Ele não faz nada. Ele é mandado. Para mim, ele não traz nenhum benefício. Eu nunca consegui chegar aqui na associação e encontrar ele. Nunca mesmo. Eu já fui atrás dele, falaram, “ah, ele está dando carta para encaminhar para emprego”. Eu já fui e eu nunca achei o presidente. Eu acho que tinha que mudar a política das associações de moradores. Tinha que ter reunião, convocar os moradores, passar as coisas... Aqui dentro da comunidade não tem só moradores, tem a coisa ruim? Tem a coisa ruim. Mas a maioria é de moradores. E assim, a própria associação, já é um bonequinho na mão... [...] Eu só chego na associação para ver se tem carta e pronto acabou [...] Aí, é o que eu falei, na hora de pedir voto, eles fazem isso. Eles passam pedindo voto. Tanto que eu não voto.

P: E fora a associação não teve nada que juntasse a comunidade?

R: Quando morre algum bandido (risos). Fora isso, não vejo a comunidade se juntar para nada. Não vejo nem a comunidade se juntar para fazer uma festa. (*Mulher, 28 anos*)

Um dos efeitos do PAC na favela é justamente a multiplicação de instâncias que disputam o lugar de “liderança”. Diante da considerável concorrência por recursos e prioridades, mesmo dentro do próprio projeto do PAC, as articulações entre as associações de moradores e a política dão sinais de se estreitar produzindo uma espécie de “profissionalização” (ainda que informal) das ditas lideranças.

A fragmentação das lideranças e a baixa legitimidade das associações de moradores, somado às incertezas geradas pela indefinição da implantação da Cidade da Polícia, e, ainda, a grande presença de pessoas estranhas provocada pelas obras do PAC e pela migração de traficantes de outras áreas com UPPs são fatores que concorrem para produzir um clima de desconfiança e insegurança na região, que parece ainda mais potencializado com os rumores sobre uma eventual instalação da UPP no local. Fica evidente, portanto, que a existência de UPPs em outras favelas não representou uma ruptura nas condições estruturais de relacionamento entre o tráfico, a polícia e a população nas comunidades fora do mapa das UPPs. Com efeito, os moradores da *favela do subúrbio*, cujas opiniões costumam divergir em quase tudo, são unânimes em reprovar o comportamento da polícia.

Por suas características e por estar localizada na periferia, o estudo do caso da *favela do subúrbio* oferece um contraponto muito rico para pensarmos de modo mais abrangente o *efeito UPP* não apenas sobre as favelas diretamente alcançadas pelo programa, mas sobre a vida dos territórios populares da região metropolitana como um todo.

III.2 Percepções sobre o efeito UPP

A utilização da noção de *efeito UPP* permite incorporar à análise dimensões que vão muito além das consequências mais imediatas e visíveis da ocupação policial. Uma primeira dimensão de estudo do *efeito UPP* diz respeito à avaliação do impacto que os moradores fazem da UPP e do quanto sua instalação é percebida como um momento de ruptura com a situação anterior; uma segunda dimensão diz respeito à percepção dos moradores sobre a rotina com a UPP; uma terceira à repercussão da UPP sobre a imagem da favela, e uma quarta dimensão à sua repercussão na produção de expectativas quanto ao futuro.

Mas a noção de *efeito UPP* também permitirá pensar como essa intervenção impacta territórios populares não alcançados pela UPP. Nesse sentido, por meio do caso da *favela do subúrbio* será possível refletir sobre a situação típica de todas as favelas e territórios populares que por ora estão excluídos da ação direta da UPP, mas que vivem sob os efeitos de um programa cujas informações e notícias chegam até eles não apenas pelo que a grande mídia divulga, mas também pelos relatos de amigos e parentes que vivem ou conhecem quem vive em territórios ocupados.

III.2.1 - O antes e o depois...

Uma tônica da nossa análise, válida não apenas para a *favela do subúrbio*, mas também para os três casos de favelas sob ocupação da UPP, é a de que ela ainda não foi completamente compreendida pelos moradores. E isto tem repercussões sobre a forma como

eles percebem a diferença entre a nova política e as anteriores. Em seu sentido mais geral, a pesquisa capturou um misto de desconfiança e de entusiasmo entre os moradores das diferentes favelas, que faz com que a própria leitura em face do significado da UPP oscile entre expressões como “tá a mesma coisa”, “não mudou muito a situação”, ou, em sentido oposto, “para a gente serviu para dormir em paz”.

Quando se examina cada caso em particular, notam-se diferenças interessantes. No caso da *favela da Tijuca* o quadro de distanciamento e de frieza entre os moradores e os gestores da UPP não impediu que seus moradores a percebam como uma ruptura com uma longa história de exposição à violência. A principal mudança na rotina observada diz respeito à queda de imposições resultantes da atuação do tráfico e da disputa por territórios de venda de drogas. Poder realizar atividades básicas do cotidiano sem colocar em risco a integridade física é algo muito valorizado pelos moradores, como revela essa entrevistada:

Hoje em dia eu levo minha filha na escola e ela volta sozinha. Antes, quatro horas da tarde parecia que eles já sabiam a hora certa para começar os tiros. E era a hora mais complicada, porque a gente tinha que buscar as crianças na escola e não podia. (*Mulher, 32 anos*)

De fato, o fim dos confrontos armados constitui o principal ponto de aceitação da UPP por parte dos moradores da *favela da Tijuca*. Porém, isso não significa que a população não identifique problemas com a sua chegada, e um dos mais citados é o cancelamento de certas atividades de lazer, em especial o baile *funk*:

Não tem nenhum lazer mais aqui. Na época dos traficantes tinha o baile *funk*, agora não tem nem mais isso. Muitos moradores estão reclamando porque a favela agora está morta. (*Mulher, 32 anos*)

A proibição do *funk* reflete um ambiente de baixo diálogo entre os gestores da UPP e os habitantes da favela da Tijuca. Mas, como aparece na curiosa formulação feita pela entrevistada acima citada, a privação do *funk* – que parece ter grande importância como fonte de lazer em um contexto desprovido de outras alternativas – é registrada como custo em uma contabilidade que, no entanto, não deixa de considerar o saldo positivo. Ao afirmar que a favela está “morta”, a entrevistada em seguida acrescenta: “No final das contas, estar morta é bom, melhor do que estava antes”.

O fato de a instalação da UPP ter sido acompanhada da interrupção da principal atividade de lazer dos jovens da favela contribui para fragilizar seu apoio interno junto à população, muito especialmente entre os jovens. Por ser encarada como arbitrária por parte de muitos jovens, a proibição do baile *funk* acaba se apresentando para eles como

um elemento de continuidade de uma prática policial que não se notabiliza pelo respeito a seus direitos. Considerando sua importância simbólica, e a relevância do segmento juvenil para uma política de segurança pública, tal questão não pode de modo algum ser subestimada.

Diversamente do que se observa na *favela da Tijuca*, onde, como se viu, prevalece, apesar da visão positiva, uma atmosfera de distância e frieza em face da UPP, na *favela do Leme* a pesquisa identificou um quadro mais abertamente otimista. Mesmo sem ter sido possível identificar um discurso estruturado, as falas de alguns entrevistados trazem indícios de que a instalação da UPP teria interrompido um processo no qual a violência do tráfico vinha se tornando crescente.

Teve uma mudança grande, agora é melhor. Antes havia preocupação com a polícia aparecer, medo de alguma coisa acontecer. (*Mulher, 26 anos*)

Para as minhas filhas agora está “mil por cento” de bom. Porque, antigamente... não era bom. [...] Hoje, elas podem subir de madrugada. Antes não, porque eu tinha medo. Agora a UPP está aqui. Para fazer nossa segurança. Antigamente, anos atrás, eu nem deixava elas saírem: era bandido, tiro, muita coisa. E essas coisas não acontecem mais. Mas antes, eu tinha até preocupação de dormir aqui. (*Mulher, 35 anos*)

No Leme, houve uma ênfase muito grande no impacto da UPP sobre a conquista da liberdade, que aparece na valorização do direito de ir e vir, de receber visitas, e de integridade física.

A liberdade de andar na rua não se tinha, por causa do poder paralelo do tráfico. Eu mesmo perdi vários amigos. E aí eu nem podia ficar muito na rua. Meus pais não me deixavam, não podia. Se a minha mãe soubesse que eu estava na quadra, eu tomava uma coça em casa. Por que? Porque já havia a presença do tráfico. Desde que eu era criança, desde a minha infância, há 30 anos atrás, já tinha. Era uma convivência harmoniosa, mas era uma falsa sensação de paz e de proteção. (*Homem, 37 anos, comerciante*)

A liberdade que temos é do direito de ir e vir! O tráfico tirava essa liberdade! Teve uma vez que eu fiz um aniversário e eu tive que ir lá, explicar que ia vir gente de fora, essa coisa... As pessoas não convidavam alguém pra ir na sua casa porque tinham medo desse tipo de situação. (*Homem, 62 anos, liderança*)

Mas a pesquisa na *favela do Leme* também trouxe à tona um outro aspecto relacionado à percepção do *efeito UPP*, o de que a expulsão do tráfico do centro de poder da comunidade não apenas provocou a prisão e a fuga de vários jovens ligados ao tráfico, mas também a exigência de redefinição de trajetórias por parte daqueles que tinham uma participação mais secundária no tráfico e que até por falta de alternativa tiveram que permanecer na favela, buscando no estudo ou no trabalho novas formas de sobrevivência. Neste caso, é de se destacar o importante efeito simbólico dessas trajetórias de reconversão. Como afirma essa entrevistada:

As crianças não têm mais exemplo de querer ser bandido, pelo contrário, querem estudar, está mudando [...] eu estou terminando o 2º grau. Todo mundo quer estudar! Tem até fila de espera. [...] Antes era tudo mais fácil, com o tráfico, você fazia favor pra eles e conseguia dinheiro. (*Mulher, 26 anos*)

Já no caso da *favela de Copacabana*, o quadro encontrado pela pesquisa é de maior desconfiança em relação à UPP. Isso talvez se explique pelo tipo de acomodação existente entre o tráfico e a polícia nos últimos anos, que, como vimos, diminuiu em parte a sensação de exposição ao jugo do tráfico e à brutalidade da polícia.

A partir dos relatos colhidos nessa favela tem-se a impressão de que os moradores não reconhecem profundas alterações na sua rotina após a UPP. A presença ostensiva da polícia na favela não teria, segundo eles, produzido mudanças de comportamento no que tange à circulação de pessoas.

Por outro lado, nessa favela a ostensividade da UPP parece incomodar mais do que nos dois outros casos. Em vários momentos do trabalho de campo foram relatadas situações de constrangimento em virtude de formas abusivas de abordagem policial. Alguns moradores mais jovens, sobretudo homens, declararam que eram revistados várias vezes. Numa dessas revistas, um rapaz, de 17 anos, disse ter sido abordado com truculência por dois policiais e revidou com uma tentativa de murro num dos policiais, o que quase agravou a ocorrência. Este jovem expressou sua revolta em face da revista policial, uma vez que a mesma foi feita, segundo ele, de maneira abusiva.

O fato é que a pesquisa nesta favela não reuniu evidências que permitam afirmar que a presença dos policiais da UPP na comunidade tenha produzido uma sensação de liberdade entre os moradores, tendo sido identificada, ao contrário, uma certa tendência a se relativizar o efeito constrangedor que o tráfico produzia sobre a circulação das pessoas na comunidade.

Isso não significa que seus moradores não reconhecessem que o tráfico “oprimia” a população, mas que, neste caso, sua presença não chegava a anular a possibilidade de estruturação da vida cotidiana segundo um certo padrão de normalidade. A expressão utilizada por uma moradora de 49 anos, com 45 de residência no *favela de Copacabana*,

revela a ambiguidade da convivência com as UPPs. Ao mesmo tempo em que desqualifica sua forma ostensiva, referindo-se à UPP como “polícia passeadora”, reivindica sua maior participação nos diferentes aspectos da rotina da comunidade.

Outra questão sensível diz respeito ao *funk*. Assim como na *favela da Tijuca*, também aqui a queixa frequente de alguns jovens dirigia-se à ausência de opções de lazer dentro da comunidade.

No grupo focal promovido com moradores desta favela ficou ainda mais evidente a ambiguidade dos moradores em face da UPP. De um lado, a acusação de que a polícia ainda faz uso de medidas extralegais nas revistas dos moradores. De outro, no entanto, a defesa de que ao menos no que se refere ao respeito à lei do silêncio a situação teria melhorado.

Eu queria que vocês me contassem um pouco como está a vida hoje aqui e a percepção geral de vocês sobre a UPP? Alguém quer começar?

[Participante 8]
Em que sentido?

[Moderadora]
Em termos de violência, por exemplo.

[Participante 7]
Pra mim a única coisa que mudou é que não vemos mais as armas, mas só.

[Participante 8]
A realidade do fato é que houve melhoras, claro, isso é evidente. Mas baseado em fatos de que melhorou, claro que não piorou. É que nós temos uma maneira de viver as coisas diferentemente do que as pessoas que vêm de fora.

[Participante 7]
Antigamente o traficante pegava e cobrava as coisas, agora não, agora quem faz isso são os próprios policiais. Batem nos moradores, entram nas casas dos outros para desligar o som e para roubar as coisas.

[Participante 1]
Na minha opinião, melhorou muita coisa. Acho que agora temos um pouquinho mais de privacidade, que a gente não tinha. O silêncio, né, porque a Lei do Silêncio existe, entendeu? Tipo assim,

você precisa trabalhar e precisa descansar. Tudo tem a sua hora. Se você quiser bagunça todo dia até de manhã, e quem trabalha, como é que fica? Antes era feito de uma forma desordenada, não tinha mais como conter aquilo. Pra mim, estava havendo muito desrespeito entre as pessoas. A rapaziada com os moradores, os caras estavam sentindo que podiam fazer de tudo, faltavam o respeito mandando ir tomar não sei aonde, botavam as armas na sua cara, diziam que quem sabia e decidia eram eles. Agora não tem mais isso... Entendeu?

Como se vê, apesar da disposição para se relativizar os efeitos negativos da presença dos traficantes no cotidiano da *favela de Copacabana*, há entre seus moradores o reconhecimento de que as mudanças trazidas pela UPP são bem-vindas, porque colocam limites aos “caras que estavam sentindo que podiam fazer de tudo...”. De todo modo, o estudo da *favela de Copacabana* nos adverte para a importância do sentimento de desconfiança que prevalece entre os moradores e a polícia. Os trechos a seguir, do mesmo grupo focal realizado com moradores dessa favela, indicam o quanto eles ainda se sentem discriminados por uma polícia que “quer equiparar todo mundo”, confundindo o morador em geral com aqueles que têm “vida torta”:

[Participante 7]

Eles [os policiais] querem equiparar todo mundo. Eles não querem saber de diferença. Outro dia me pararam para revistar e, desculpa minhas palavras, mas ele virou assim e falou: “Para aí, ô viado!” Assim mesmo. E eu chegando do trabalho... Aí eu falei assim, “Vem cá, eu sou da tua família, meu irmão?” Pra ele estar falando assim comigo, né. Aí ele queria me algemar, me levar preso por desacato. Isso é certo? Eu sou daquele grupo que mexe com eles? Não sou. Então, por isso eu falo que cada caso é um caso.

[Participante 8]

Somos uma comunidade. Se os policiais fizerem o trabalho deles como deveriam, eles teriam de ter a consciência e a compreensão de que nem todo mundo dentro da comunidade é o que eles pensam que é, ou seja, pessoas de vida torta, vamos dizer assim.

Como se vê, a percepção que os moradores das favelas ocupadas têm da UPP é tudo menos ingenuamente otimista. Com base no balanço do impacto da UPP nos três casos estudados, o mais correto seria afirmar que ainda prevalece entre os moradores certa perplexidade em face de uma polícia que ocupa de forma ostensiva e permanente seus territórios, e que em forma de panóptico vigia todos os seus espaços, submetendo sua rotina a

amplo controle. Mas que, ao mesmo tempo, substituiu as velhas práticas truculentas por um tipo de abordagem que, salvo em alguns casos isolados de abuso, tem se pautado pelo respeito aos direitos básicos do cidadão. Em síntese, a opressão do tráfico foi substituída por uma vigilância estatal ostensiva. Se a isso acrescentamos a desconfiança mútua que marca, historicamente, a relação entre esses dois sujeitos, o morador da favela (“favelado”) e o policial, podemos compreender melhor sua condição de perplexidade.

Mas há algo implícito na pesquisa realizada nas três favelas ocupadas pela UPP que somente a comparação com uma favela sem UPP permite perceber: a liberdade, ainda que não absoluta, com que os moradores entrevistados dos três casos falaram da UPP, seja para criticá-la seja para elogiá-la; a crítica aberta revelando um sentimento de autonomia relativa em face de uma eventual retaliação da polícia; e o elogio à UPP, um sentimento ainda mais notável de autonomia relativa em face de uma eventual retaliação do tráfico – e aqui convém lembrar que muitos membros das gangues de traficantes continuam vivendo na favela. Essa relativa liberdade para falar sobre segurança pública encontrada pela pesquisa nas favelas com UPP revela que ela conseguiu criar um espaço novo de circulação da opinião na vida da favela, que poderá permitir o desenvolvimento de esferas públicas mais livres e democráticas.²¹

Mas isso somente ganha toda sua nitidez quando se observa que, na *favela do subúrbio*, é mais fácil falar abertamente contra a UPP do que defendê-la. A sensação de onipresença e onipotência do tráfico são perceptíveis quando, por exemplo, em entrevistas ocorridas em espaços públicos da comunidade, os entrevistados, via de regra, preferiam não se pronunciar quando perguntados sobre as UPPs. Ao ouvir a menção às UPPs, uma comerciante que havia nos relatado sobre os constantes tiroteios em seu bar há pouco tempo – suspira: “agora é que começam as perguntas difíceis”, e se esquivava de qualquer tentativa de se posicionar diante da possibilidade da instalação da UPP na sua favela. Outra comerciante, que em sua entrevista fazia duras críticas à atuação do poder público no processo de desapropriação de imóveis, silencia na hora de se pronunciar sobre a UPP.

III.2.2 - A rotina com a UPP

Quando se pensa a respeito do *efeito UPP* na rotina dos moradores é importante considerar que o principal bem que está em jogo é a liberdade, e esta, para existir em um contexto de igualdade e de democracia, pressupõe que o direito seja o único referente aceitável para definir o sistema de regras e de sanções vigentes no local. Por isso, considerando o alto grau de exposição das populações das favelas ao que se tem caracterizado como “sociabilidade violenta”, isto é, uma sociabilidade regulada pela “lei do mais forte”, ganha especial relevância conhecer melhor como os moradores das favelas vêm percebendo a atuação da polícia, seja no que se refere aos limites inerentes ao uso do *monopólio da violência legítima*, seja enquanto agente sancionador de regras que permitam que as expectativas se estabilizem em torno de parâmetros universalistas, que são, afinal, fundamentais para assegurar um padrão de sociabilidade propiciador da liberdade individual.

No que se refere aos limites do uso da força por parte da polícia, constatamos que os moradores tendem a conferir importantes diferenças entre a UPP e a “velha polícia”. Uma das entrevistadas na *favela da Tijuca* observa que os policiais da UPP, diferentemente dos da polícia “de outro batalhão”, são mais cordiais, por serem mais “novinhos”:

E tem uns deles [de outro batalhão] que são agressivos. Estes são mais antigos, mais cheios de marra. Os mais novos, que têm um uniforme mais clarinho, não. Esses mais velhos já são mais estudados para a estrutura do morro, já são mais ignorantes. Esses da UPP são novinhos, todos com cara de menininho novinho. (*Mulher, 32 anos*)

Mas apesar do reconhecimento dos avanços, também aparece uma tendência entre os moradores de se valorizar as especificidades e o estilo de cada policial como principal parâmetro para se avaliar o tipo de postura da polícia da UPP, deixando entrever que a relação com a polícia ainda não está consolidada segundo um padrão mais institucional. Essa liderança religiosa da *favela da Tijuca*, por exemplo, chama a atenção para diferenças que teriam a ver com as idiossincrasias da equipe de plantão:

depois a gente entendeu que tem a questão dos plantões. Tem o plantão dos que são bacanas, dos que são legais e dos que são mal-educados. Dependendo do plantão os policiais são bacanas, conversam. Existe, é fato, não é uma impressão nossa. Por exemplo, são aqueles que não sabem abordar um morador, parte pra grosseria, quer mostrar que o poder está com eles. Por exemplo, nos bares, às vezes o pessoal conversando, se divertindo, um deles pode chegar e pedir para fazer silêncio do nada, sem critério [...]. (*Mulher, 40 anos*)

O mesmo tipo de relato foi feito nas duas outras favelas. Este jovem morador da *favela do Leme* chama a atenção para o perfil mais bruto de um determinado policial:

X é um cara que gosta de esculachar todo mundo. Se sente à vontade em dar tapa, de agredir, todo mundo se retrai quando ele está! A gente não pode fazer um evento no dia do plantão dele. Porque X acaba com as festas, diz que a associação não manda em porra nenhuma! Não manda em nada! “Quem manda aqui sou eu!” Já em outros plantões, tudo é conversado! (*Homem, 26 anos*)

Essa opinião é compartilhada por uma liderança da mesma favela:

Tem plantões que excedem em alguma situação. (*Homem, 62 anos, liderança*)

Mas na mesma favela foram destacadas as qualidades positivas de um capitão que é tido como “bastante acessível aos moradores, raramente sendo visto com armas aparentes”.

Na *favela de Copacabana*, ainda com mais ênfase, também foi muito comum a referência às “mudanças de plantões” como um momento importante para a definição de alterações dos procedimentos dos policiais na abordagem de transeuntes. A esse respeito o trecho a seguir do grupo focal é bastante significativo, revelando uma tendência da população a reproduzir na sua relação com a polícia uma atitude bastante comum na sua relação com o tráfico, não apenas por tentar capturar aspectos da personalidade do policial – tal como ela era obrigado a fazer com os traficantes – para poder antecipar seu comportamento, mas também por uma atenção permanente aos sinais, nem sempre evidentes, de mudança de seu humor:

[*Moderadora*]

O que veio de bom além da redução da violência? Porque vocês falaram que antes tinha violência armada, e isso foi a única coisa que saiu, não é isso?

[*Participante 7*]

Eles [*os policiais*] andam com a arma pendurada, aqueles fuzis pendurados.

[*Participante 8*]

Saiu uma violência e entrou outra, foi isso.

[*Participante 7*]

Sendo que essa [outra violência] tem o poder da autoridade. Não quer dizer que todos são assim, porque como eu também disse tem policial que é bom aqui.

[*Moderadora*]

Depende do plantão?

[*Participante 8*]

Depende do plantão! Agora você pegou na veia.

[*Participante 7*]

Depende mesmo, porque tem plantão que já chega querendo arrumar problema.

[*Participante 6*]

É, tem uns plantões ruins mesmo. Mas também tem plantões bons! Tipo assim, quando você precisa de uma emergência, como eu várias vezes precisei, só teve uma vez que eles não me ajudaram. Das outras vezes foram bem legais, “espera um pouco que eu vou lá pegar o carro”. Alguém que passa mal, que precisa ir pro [hospital] Miguel Couto ou pra outro hospital, eles levam e ajudam. Só teve um que

ficou meio assim, mas nem discuti porque não valia a pena e no final das contas ele viu que eu estava certa e arrumou alguém pra me levar.

Nesse quadro, em meio às incertezas que cercam o ainda frágil ambiente institucional construído em torno da UPP, os moradores acabam por valorizar atitudes de aproximação com os policiais que possam, com base nas relações interpessoais, criar um clima de confiança mútua. Essa situação torna-se ainda mais compreensível quando se leva em conta que estamos falando de uma presença ostensiva de policiais em comunidades que, mesmo estando mais abertas a visitantes externos, são basicamente frequentadas por seus moradores.

Não surpreende, portanto, a reclamação feita por moradores quanto à falta de cordialidade e gentileza por parte dos policiais, como deixa evidente esse relato de uma moradora da *favela do Leme*:

Os policiais passam pela gente e não cumprimentam, não dão bom dia, boa tarde. (*Mulher, 51 anos*)

Outros moradores da mesma favela também remetem a esse tipo de desconforto na relação interpessoal com o policial:

Eu não me dou bem com eles [os policiais] não! Porque eles ficam mexendo com a minha família, com família de outras pessoas. Não são todos os policiais, mas tem alguns que são muito abusados! (*Homem, 15 anos*)

Quando se coloca em questão o papel da polícia enquanto agente sancionador de regras, é preciso problematizar, primeiro, como são construídas as regras que regulam a vida cotidiana. Para pensar sobre essa questão, uma das dimensões importantes refere-se às regras para uso de espaços coletivos, e às regras para realização de eventos.

Neste caso, a pesquisa capturou situações em que a polícia estaria atuando em uma espécie de zona cinzenta, na qual o limite entre a discricionariedade e o arbítrio é sempre muito tênue. Não apenas o baile *funk*, já lembrado, mas outros eventos recreativos têm sido objeto de controle e às vezes de censura por parte da polícia. Neste caso, importa considerar que uma das reclamações constantes tem sido a de que essas regras são ditadas de cima para baixo, havendo pouca margem para negociação e interlocução com os moradores.

Na *favela da Tijuca*, um jovem entrevistado resume bem a situação:

Para ter evento tem que ir uma semana antes no capitão, para ele liberar, e tem que acabar cedo, umas 3 e pouca, quase 4 horas. [...]. Eu trabalhava lá em um salão de cabeleireiro. Um dos caras chegou

lá contando que uma vez ele ia fazer uma festa, sem afetar em nada, e assim que a festa ia começar os policiais chegaram e mandaram acabar e eles tiveram que conversar com os policiais umas duas horas, e depois eles liberaram. (*Homem, 16 anos*)

De todo modo, a atual situação é vista como melhor do que quando os traficantes exerciam esse papel:

Com certeza, agora a gente tem mais voz, porque antigamente a gente procurava quem tinha que procurar (traficantes) e não resolvia, agora, a gente procura o capitão, conversa com ele e sempre dá um conselho pra gente, aí resolve uma coisinha, a gente nunca sai de lá com um não. (*Mulher, 32 anos*)

No Leme, a questão aparece quando se fala do acesso a uma quadra. Antes um espaço público da comunidade sem gestão direta de nenhum órgão, a quadra passou por reformas e agora sedia as instalações de uma escola técnica. Com isso, vários cursos e atividades passaram a ocorrer no local, cujo público-alvo é essencialmente de moradores da favela. No entanto, são muito comuns queixas a respeito das restrições em relação ao uso da quadra.

A quadra foi proibida de ser usada por causa disso [chegada da escola]. Antes podia usar, jogar bola numa boa, agora tem que pedir autorização para a escola e para a UPP. (*Participante 5 – GF*)

Essas situações, especialmente as que envolvem a colocação de limites a usos de espaços coletivos, ou à realização de festas e eventos que antes quase sempre tinham que ser negociadas com o tráfico, e que agora estão sendo submetidas a regras impostas pela polícia, parecem estar sendo um ponto de importante de tensão na relação da população com a polícia. E o fato de muitos entrevistados da *favela do Leme* – que como vimos é entre as três a mais otimista em relação à UPP – terem tocado nesse assunto, deve ser sublinhado. Esses trechos de entrevistas realizadas nessa favela são, quanto a isso, bastante significativos:

É o que eu falo: para mim, em relação à UPP está tudo indo bem, relativamente! Me incomoda muito o fato de saber que eles têm poder demais e não tentarem minimizar muito isso, pelo contrário! (*Homem, 26 anos*)

Para mim, a UPP é um mal necessário. Mas eu acho eles meio chatos, porque atrapalham a vida dos outros, não deixam ter festa. Quer

dizer, ela é boa pela segurança, mas se acham os donos da comunidade. [...] Antes, as festas não tinham hora para acabar. Agora eles ficam na porta da casa, falando para acabar com a festa. E acho também eles são muito abusados, revistam todo mundo. (*Homem, 15 anos*)

Outra dimensão importante quanto à atuação da polícia na condição de agente sancionador de regras aparece no exercício de mediação de conflitos. No caso da *favela da Tijuca*, uma situação interessante refere-se ao fato de que antes da UPP havia forte rivalidade entre as comunidades que a compõem, a ponto dos moradores de uma área não poderem frequentar outra área. Com a UPP, e a volta gradual do contato entre os moradores dessas diferentes áreas, teria havido um reavivamento de velhas animosidades, que estariam exigindo a atuação da polícia na mediação de conflitos.

Igualmente relatadas, especialmente na *favela da Tijuca*, foram as recorrentes demandas para a polícia atuar na mediação de brigas entre vizinhos, que antes ou não podiam ocorrer abertamente, ou eram resolvidas pelos traficantes.

Mas essa multiplicidade de papéis que a polícia muitas vezes tem sido chamada a desempenhar também tem preocupado os moradores, e isso parece de modo mais evidente no caso da *favela do Leme*, possivelmente porque, como vimos, sua vida associativa se manteve mais autônoma em relação ao tráfico, preservando muito de seus papéis tradicionais, entre os quais o de mediadora de conflitos, que em outras favelas foi muito fragilizada pelo poder do tráfico.

Nessa favela, a pesquisa detectou que lideranças e moradores veem com apreensão o problema da baixa autonomia da comunidade em relação ao seu próprio cotidiano. Os trechos das entrevistas apresentados a seguir são, quanto a isso, bastante eloquentes, exprimindo não apenas a preocupação com a perda de espaço para a vida associativa, mas também dos indivíduos que, enquanto moradores e vizinhos, poderiam resolver seus problemas através do diálogo, ao invés de chamarem a polícia:

O papel da UPP não é ditar regras, mas criar as normas de convivência sem alterar a vida da comunidade, porque a comunidade tem vida própria. (*Homem, 49 anos*)

Muitas das vezes o UPP que fica no lugar do paralelo acaba exercendo também um poder paralelamente. Em vez de ser polícia eles passam a querer ser juizes. (*Homem, 57 anos, liderança*)

Acho também que tem que melhorar a atitude de determinados moradores que querem chamar a polícia ao invés de conversar. Tem que pensar se é necessário um representante da polícia para resolver aquele conflito. Pra que? (*Mulher, 29 anos*)

Apesar dessa percepção quanto a eventuais abusos da polícia no desempenho de papéis substitutivos, a pesquisa encontrou evidências de que um dos efeitos da UPP é o de colocar em curso uma redefinição da imagem que se faz da polícia. Esse aspecto é particularmente importante, pois, como se sabe, um dos legados da longa convivência com o tráfico foi o aprofundamento da desconfiança do morador da favela em face da polícia. Não apenas porque a ostensividade do tráfico nos territórios populares sempre serviu de justificativa para a polícia, em nome da metáfora da guerra em face de um inimigo da sociedade, adentrar as favelas sem se preocupar com a integridade física da população, o que, evidentemente, foi tornando cada vez mais hostil sua relação com seus moradores; mas também porque – e isso a pesquisa permitiu perceber com nitidez – a presença ostensiva do tráfico na favela funcionou como um poderoso fator para, de um lado, aumentar a desconfiança da polícia em face de uma suposta cumplicidade dos moradores da favela com o tráfico, e de outro, para inibir iniciativas de aproximação entre a população e a polícia, restringendo possibilidades de diálogo. Como observa essa liderança religiosa moradora da *favela da Tijuca*:

Antes nenhum morador queria se relacionar com a polícia, nem eu e nem ninguém, isso porque tínhamos um outro poder aqui na comunidade. Agora o que eu percebo é que tem uns moradores que se relacionam tão bem com a polícia... não sei, ainda estou tentando entender após quase um ano da implantação da UPP. (*Mulher, 40 anos, liderança religiosa*)

Isso fica ainda mais evidente na fala de um entrevistado da *favela do Leme*, quando se dá conta de que os moradores estão podendo descobrir que os policiais “não são monstros”:

A gente vê também que o policial não é aquele monstro que a gente contava. Tem o lado errado, mas tem o positivo, o policial que ajuda, então mudou. Os policiais ajudam a levar até o hospital quando a ambulância não vinha, como com grávidas em trabalho de parto. Agora ainda mais, qualquer problema os policiais ajudam. Os policiais já me ajudaram com a minha filha. A gente tá vendo também o lado humano do policial, porque ele para, conversa, fala de futebol. A gente vê o ser humano atrás da farda. Está muito melhor. (*Homem, 37 anos, comerciante*)

Enfim, existe aí um achado interessante, que pode ser objeto de maior atenção por parte do poder público, e que tem a ver com o entendimento de que a UPP abre uma nova oportunidade de diálogo entre a polícia e o mundo popular. De certo modo, isso tam-

bém pode abrir novo espaço para o aprofundamento da experiência dos Conselhos Comunitários de Segurança, que atuam em “Áreas Integradas de Segurança Pública”, e que pretendem servir de canal de comunicação entre a polícia – civil e militar – e a sociedade civil organizada.²² No caso, poder-se-ia pensar na criação de uma instância semelhante em torno da UPP, mas que reunisse não apenas os moradores de cada favela ocupada, mas também de segmentos dos bairros e territórios adjacentes.

Um dos pontos importantes para o eventual fortalecimento do diálogo entre a polícia e a população parece ser o do melhor entendimento quanto ao sentido do policiamento ostensivo. De fato, em algumas entrevistas já aparecem manifestações que indicam a dificuldade de se compreender o sentido de um policiamento ostensivo feito por policiais armados com fuzil, em uma escala que em algumas favelas chega a ser de um policial para 30 moradores. A já mencionada expressão “polícia passeadora”, utilizada por uma moradora da *favela de Copacabana*, é aguda no sentido de crítica ao que estaria sendo percebido como uma certa ociosidade da polícia, servindo de argumento para que os moradores identifiquem a necessidade de que ela desempenhe outros papéis, mais afeitos aos chamados serviços civis. É o que se depreende também dessa observação, feita por uma moradora da *favela do Leme*:

Eu acho que a UPP não serve para nada. Não está servindo para nada. Porque eles deveriam servir para ajudar a comunidade. Para levar senhoras idosas, transportar elas nessas subidas, coisas assim. Ajudar mais as pessoas. (*Mulher, 51 anos*)

A valorização da ampliação dos papéis a serem desempenhados pela polícia da UPP é convergente com o perfil de uma polícia de proximidade, ou polícia comunitária. Mas se isso está presente na imaginação dos moradores, não significa que endossem a ampliação do papel da polícia enquanto agente formulador de regras.

O contraponto com a favela sem UPP ajuda a realçar esses achados encontrados pela pesquisa nos três casos estudados. Diversamente da possibilidade de um debate público sobre o perfil de uma polícia de proximidade que os moradores das favelas ocupadas pela UPP, caso estimulados, parecem prontos a protagonizar, na *favela do subúrbio* a situação ainda é de reprovação e de aversão à polícia, que é vista muito mais como uma fonte de insegurança e medo. Lá, como na Acari estudada por Marcos Alvito (2001), a única diferença importante entre policiais e traficantes que os moradores parecem dispostos a reconhecer é a das cores de suas “fardas”. A fala contundente dessa entrevistada, que acabou de se mudar da *favela do subúrbio* revela essa posição:

Tendo a UPP não sei se vai adiantar porque nos outros lugares a gente ainda vê algumas coisas, alguns conflitos, algumas coisas que não estão dando certo. Não sei se vai dar certo. Não tenho como

dizer. Não sei mesmo. Com relação a isso, eu sou muito insegura. Porque a gente não sabe como vai ser a ação da polícia, a gente não sabe se a polícia realmente vai dar a segurança que a população precisa, ou se vai se corromper também, ou se vai tentar por um outro lado legalizado, dar uma falsa segurança. Eu não sei. Eu sou muito insegura em relação a isso. A UPP não me traz tranquilidade não. Eu sou insegura mesmo. (*Mulher, 32 anos*)

Mas é nesse debate protagonizado por mãe e filha que a questão assume toda a sua densidade. Como se pode verificar nos trechos das entrevistas apresentados a seguir, o dilema entre o medo de uma policialização levada a cabo por uma polícia na qual não se pode confiar, e o assombro de ter que continuar a viver sob a opressão do tráfico, acaba por colocar o morador de favelas como a do subúrbio em uma posição dramática, ainda mais quando se coloca em questão o tema sensível da integridade física dos filhos:

P: Vocês acham que a polícia vai vir pra cá, vai ter UPP aqui?

R: Olha. (pausa) Falam isso. Mas olha eu... Eu sou contra,

P: Por que?

R: Ué, nas outras comunidades, você só escuta... coisas contra! Coisas, olha, vê as pessoas falando, que não gosta uns falam bem, outros falam que não... Até se retraem a falar. (pausa) Entendeu? (pausa). Então é isso. [...] Eu te falo francamente... Deus que me perdoe, eu sou mais os meninos do que [...] polícia. [...] Eu perdi três sobrinhos na mão de policiais. (pausa) Vocês sabem o que é revolta? Vinham da festa. Um de treze, um de doze, um de catorze. Era...

P: Os três juntos?

R.: É. Vinham da festinha, ali perto de casa. Eles pegaram, mandaram os meninos se encostar. Tinha um loirinho, o cabelo ficou plantado, assim “ó”, na parede. Tá? Uma covardia. Nunca posso falar de polícia. Você não tem, você não tem, eu não tenho... tranquilidade com policial. Eu não tenho. Detesto, detesto! (pausa).

P: Os da UPP não são diferentes?

R: (pausa) Eu acho que são as mesmas... Hum! As mesmas coisas. São tudo igual.

P: Tudo igual. [...]

R: Lá no Alemão, que eu ouvi..., a maioria reclamando, eles... passaram a mão na traseira da moça. Não estava respeitando. Que é isso?! Se veio pra dar respeito tem que ter respeito. Então... é isso. (*Mulher, 63 anos*)

Sua filha, no entanto, discorda. Mãe de um jovem atuante no tráfico, ela vê uma possível chegada da UPP com bons olhos:

R: [...] eu juro pra você que eu estou doida que isso entre aqui dentro. Eu tô. Tô! Não vou dizer pra você que eu não tô [...] Eu tô! Sabe por que? Porque eu acho que... Eu vou ter o meu filho pra mim. Eu não vou precisar botar a cabeça no travesseiro e pensar assim: “Pô, o meu filho pode vacilar, alguém pode pegar ele ali, bater”. Anteon-tem eles estavam batendo aqui [...].

P: E isso não vai ter mais?

R: É isso. Eu já vi muitos filhos, mães aqui chorando, filhos [...]. E eu fico assim, olha: “Não faz isso não, não faz isso não”. Aí meu marido fica: “Entra pra dentro, cala a boca”. Aí eu começo a tremer, com vontade de ir lá bater, que eu penso... eu vejo o meu filho ali. E se for o meu filho eu vou bater nele, eu vou morrer, porque eles vão me matar. Eu juro pra você [...], se eles encostarem um dedo no meu filho eu não vou ter pena de ninguém, eu vou matar. (*Mulher, 43 anos*)

Ao ouvir os relatos de moradores de favelas sem UPP sobre a atuação da “velha” polícia, com a qual até ontem os moradores das favelas hoje ocupadas também conviviam, podemos compreender melhor não apenas o quanto sua situação de fato mudou, mas também os motivos para sua prudência e até desconfiança na hora de apreciar o impacto dessas mudanças. É a partir de favelas como essa do subúrbio, portanto, que se pode entender o que realmente está em jogo nas favelas ocupadas pela UPP. A questão central é se os moradores das favelas poderão ou não confiar na polícia e, mais que isso, se poderão ou não confiar nas autoridades públicas que estão por trás da ação policial. Pois é evidente que seu ceticismo não se alimenta de nenhuma confusão entre o tráfico e a polícia, mas da memória de uma polícia que, segundo seus relatos, agride e mata, indistintamente, traficantes e moradores da favela. Ou seja, de uma polícia que não age como polícia.

III.2.3 - A UPP e a imagem da favela

Quando se pretende sustentar o que demarcaria a singularidade das favelas em face de outras formas urbanas que também abrigam moradias populares no Rio de Janeiro, como os loteamentos irregulares e os conjuntos habitacionais, é difícil encontrar algum critério realmente objetivo, seja o tipo de relação jurídica com o solo urbano, o tipo de construção das habitações, ou ainda as características socioeconômicas dos moradores. Em nenhuma das hipóteses a tentativa de sustentar a especificidade da forma favela resiste a um teste empírico. Essa indiferenciação entre espaços populares tanto se deve aos avanços conquistados pela favela em termos de urbanização, quanto à degradação de outros espaços, inclusive de bairros populares. Mas se a categoria favela não é uma descrição

de características objetivas do espaço, ela pode ser compreendida como um amálgama de representações. O que se pretende dizer, por exemplo, quando se acusa alguém de se comportar como favelado? Tudo indica que o elemento mais geral contido nos diferentes significados que se emprestam às palavras *favela* e *favelado* é o da ausência – completa ou parcial – de ordem pública, isto é, de uma ordem cujas regras sejam coletivamente compartilhadas e, em última instância, referidas ao direito e sancionadas pelo Estado.²³ Daí a importância de se conhecer a percepção dos moradores das favelas sob UPP a respeito do tipo de impacto que ela pode estar tendo sobre a imagem externa da favela.

Os três casos estudados são, como vimos, de favelas encravadas em bairros de classe média e alta, situação ecológica que, de um lado, favorece uma ampla inserção dos moradores das favelas no mercado de serviços domésticos, de comércio e de lazer do entorno, bem como no uso de equipamentos coletivos como postos de saúde e escolas públicas, mas de outro, paradoxalmente, também favorece o desenvolvimento de uma segregação urbana de tipo cultural, que decorre do fato da proximidade física entre os espaços populares e os de classe média ser contraposta por representações sociais negativas sobre a favela, que funcionam como um poderoso mecanismo de produção de uma distância social entre os dois espaços urbanos.

Nesse sentido, um dos efeitos mais esperados da UPP é o de que, uma vez expulsando os traficantes armados das favelas – este personagem que encarna a representação sobre violência urbana – elas gradualmente poderiam estabelecer novas relações com o seu entorno, superando a situação atual de segregação. Não é este o momento de especular sobre o assunto, que é complexo, mas convém considerar que a segregação urbana das favelas é anterior ao ciclo de ostensividade do tráfico nas favelas, por isso sua expulsão das favelas certamente não teria por que produzir automaticamente a dessegregação, ou uma plena integração das favelas ao bairro. Mas também é verdade que, dada a importância do tráfico para a produção de uma forma específica de segregação, fortemente centrada na acusação da favela e de seus moradores como portadores de uma “cultura da violência”, pode-se esperar que a “pacificação” da favela no mínimo produza mudanças importantes na sua imagem externa e, portanto, no conteúdo da segregação atualmente vigente.

Quanto a isso, os dados levantados pela pesquisa trazem pistas interessantes. Ainda que não seja prudente insistir demais nas diferenças encontradas em cada caso, pode-se sugerir que o *efeito UPP* parece estar produzindo uma mudança na autoimagem dos moradores das favelas que refletiria o que percebem como uma mudança da imagem externa da favela. Esse tipo de leitura do *efeito UPP* foi especialmente verificado no caso da *favela do Leme*. Vale dizer que esse tipo de resignificação da própria imagem da favela é, em si mesma, uma fonte muito interessante de reflexão, assumindo particular relevância quando se leva em conta o axioma sociológico de que a produção do estigma somente é completa quando o estigmatizado acredita na qualificação que os outros lhe confere. Assim é que como os muitos relatos colhidos – especialmente na *favela do Leme* – deixam evidente, a UPP parece abrir espaço para uma reelaboração da própria condição de morador da favela que, no limite, pode apon-

tar para uma participação mais ativa na vida cívica e política da cidade.

Esses trechos de entrevistas com moradores do Leme apontam nessa direção:

O pessoal todo fala aí na rua, que agora não tem tiro, essas coisas. Eu sei que o pessoal [do Leme] está gostando, todo mundo está elogiando! Os apartamentos estavam desvalorizando, agora não estão mais. Quando falam bem da comunidade eu me sinto mais respeitada. Muitas garotas não conseguiam arranjar serviço de diarista ali embaixo. Para trabalhar não podia nem morar aqui. Acho que não contratavam porque achavam que as pessoas participavam do tráfico. (*Mulher, 58 anos*)

Antes a relação era meio afastada. Eles tinham medo, pois achavam que todo mundo era bandido. Mulher até que era mais fácil de ter amizade, mas homem era mais difícil. Agora eu acho que mudou muito. Eu vejo mais que está tudo misturado. Você pode ver até pelos times de futebol [na praia], que são todos amigos. (*Mulher, 26 anos*)

Outra consequência direta atribuída à mudança na imagem da favela é a percepção que os moradores têm de que passaram a receber um maior número de visitas, além da maior presença de turistas, e de prestadores de serviço que antes não subiam por medo do tráfico.

Ah, mudou! Agora está bem melhor! Você vê... as pessoas estão visitando a comunidade. Hoje, sobe para entregar farmácia, supermercado, é tranquilo! A qualquer hora da noite. (*Mulher, 51 anos*)

Nos trechos de entrevistas destacados a seguir, fica mais pronunciado o quanto os moradores da *favela do Leme* conferem ao *efeito UPP* um significado mais profundo, que, segundo acreditam, poderá repercutir na sua imagem enquanto sujeito social, “não mais visto como animal”, e que agora pode andar “com a cabeça erguida na rua”:

Agora não acham mais que todo mundo é bandido, o pessoal lá de baixo já vê a gente com outros olhos, de outro jeito. [...] Antes, estava ali no pé da ladeira era tiroteio direto. Agora, graças a deus o pessoal anda com a cabeça erguida na rua, e o pessoal já te vê de outro jeito, eles sobem. (*Homem, 25 anos*)

Antigamente, a gente era favelado, animal, canibal. Agora não, agora a gente é morador da comunidade, eles não têm mais medo de subir aqui. [...] E nem precisava ter medo! Mas, agora, o pessoal do

asfalto fica mais à vontade com o pessoal da comunidade, porque aqui está recebendo uma qualidade de vida melhor. (*Mulher, 29 anos*)

Mas a pesquisa também deixou evidente que os moradores das favelas com UPP não alimentam ilusões quanto ao fim da segregação urbana. Neste caso, importa salientar que mesmo na *favela do Leme*, alguns entrevistados manifestaram seu ceticismo quanto a esse efeito da UPP:

Eu acho que permanece o estigma, o preconceito. Tudo igual! O preconceito não vai deixar de existir [...]. (*Mulher, 62 anos*)

Mas é, sem dúvida, nos dois outros casos que o ceticismo quanto ao fim da segregação urbana aparece com mais ênfase. No caso da *favela da Tijuca*, a maior parte das entrevistas convergiu em torno do entendimento de que o preconceito contra o favelado vai continuar. Isso fica muito evidente no material levantado pelo grupo focal realizado com moradores da favela. Ao serem questionados se houve alterações na relação entre “favela e asfalto”, alguns dos participantes responderam o seguinte:

[Participante 3] Também acho que não mudou nada não. Quem mora no morro continua sendo favelado.

[Participante 8] Pra mim, está a mesma coisa. O asfalto lá e a favela aqui.

[Participante 4] Não mudou nada.

Já na *favela de Copacabana*, embora a pesquisa tenha encontrado evidências de que muitos moradores acreditam que a favela estaria sendo vista com “mais respeito” por parte dos vizinhos dos bairros do entorno, a UPP parece animar sentimentos que revelam uma desconfiança em face de seus objetivos. Relatos de seus moradores dão conta de que existe um entendimento de que a UPP teria como principal objetivo o de proteger os moradores do “asfalto” e não os da favela. Tal percepção foi verificada tanto em algumas entrevistas formais quanto em conversas travadas ao longo do trabalho de campo. E esse tipo de percepção parece evocar um permanente temor, muito presente entre os moradores de favelas localizadas em áreas centrais da cidade, qual seja, o de que uma eventual redução da segregação resultante de representações que fabricam uma grande distância social entre o bairro e a favela pode, ao fim e ao cabo, produzir uma gradual substituição dos pobres pela classe média, numa espécie de remoção promovida pela mão invisível do mercado.

Esse temor é um componente importante da disputa acerca das representações sobre a favela e que precisa ser melhor compreendido, caso se queira aprofundar o entendimento do *efeito UPP* sobre a segregação urbana. De todo modo, fica evidente que construir um ambiente de confiança é um ponto fundamental para se pensar em um desdobramento positivo da UPP sobre a segregação, já que ao se perceber como vítima de preconceito,

o morador da favela também parece estar reagindo ao temor de sofrer uma traição por parte do poder público, preferindo manter sua cautela em relação aos desdobramentos da UPP mesmo quando valoriza seus benefícios imediatos. Por traição entenda-se a interrupção da política de ocupação da UPP, que devolveria a favela à situação anterior, com a volta dos traficantes armados. Não é por acaso que essa posição de cautela tenha aparecido com mais nitidez nas *favelas da Tijuca* e de *Copacabana*. No primeiro caso, porque a sombra assustadora do tráfico ainda está muito presente na memória coletiva; no segundo, porque a desmoralização da experiência do policiamento comunitário (GPAE) parece ter ensinado que as políticas públicas para favelas costumam ser voláteis.

Mas a pesquisa na *favela de Copacabana* capturou um outro aspecto especialmente interessante. Segundo seus moradores, a vizinhança dos bairros do entorno parecem estar se sentindo mais encorajada para reclamar de eventuais problemas trazidos pela favela, sobretudo do barulho. Esse tipo de mudança parece apontar para um novo cenário, que tanto poderá ser promissor, no sentido de permitir um maior diálogo entre os moradores de espaços urbanos tão distintos em torno do compartilhamento de regras comuns, quanto, ao contrário, poderá ser um fator produtor de novas tensões que, na falta de uma gestão mais democrática, poderá dar lugar à invenção de novos conteúdos para a segregação urbana.

III.2.4 - O efeito UPP e as expectativas quanto ao futuro

A pesquisa também procurou apreender como o *efeito UPP* se traduz em expectativas quanto ao futuro, tanto no plano pessoal quanto no que se refere ao futuro das favelas em que moram os entrevistados. De um modo geral, pode-se afirmar que a pesquisa capturou uma ênfase positiva quanto à expectativa de conquista de direitos, associada a uma maior oferta de serviços públicos, mais oportunidades de estudo, mais negócios, maior acesso ao lazer, e mesmo de maior espaço para a atuação na sociedade civil.

Na *favela da Tijuca*, a UPP aparece como um fator que, ao menos em tese, potencializa a capacidade dos moradores para reivindicar melhorias. É como se, em alguma medida, a UPP pudesse ser encarada como uma janela de oportunidade para uma retomada cívica da favela. A fala dessa mulher vai nessa direção:

cobrávamos a UPP como forma de trazer projetos de peso para a comunidade, projetos do governo, porque de projetinho a gente está cheio. (*Mulher, idade não revelada*)

Esta liderança da *favela do Leme* vai ainda mais longe, quando chama a atenção para o fato de que o legado da UPP depende do fortalecimento do acesso aos direitos, e de que a UPP estaria, de algum modo, abrindo espaço para o fortalecimento da capacidade dos moradores para se posicionarem como sujeitos de direitos:

Só vai mudar se tiver reforço da educação, melhoria de qualida-

de das escolas e de saúde, aí isso melhora. Se for só na palavra, na base da polícia com arma, aí a gente já conhece. [...] Mas de qualquer forma, para as crianças e adolescentes, é bom a gente ter essa perspectiva de melhora, de futuro! Mas a gente também tem que estar sempre consciente de que não é nenhum favor do Estado. De que eles têm direitos! (*Mulher, 50 anos*)

Essa mesma liderança menciona um outro aspecto importante para se pensar a relação entre a UPP e uma possível retomada da cultura cívica nas favelas, que é o fato de abrir espaço para uma volta da confiança nas instituições públicas.

Os moradores não veem nada! Eles aceitam os serviços. É novidade para essas pessoas, que nunca foram tratadas bem [...]. A reforma da Light, primeiro, que foi mal feita, não é o serviço de qualidade que é feito em outros locais. Mas como vivíamos há tantos anos largados, a gente acha que é um serviço bom [...]. A CEDAE não chegou ainda, só a Light que veio mesmo, para cobrar as taxas [...]. Eu não sei, só o tempo agora pra ver mesmo o que vai acontecer. Mas existe o lado bom, que as pessoas estão voltando a acreditar em alguma coisa: no presidente, no juiz. (*Mulher, 50 anos, liderança*)

Esse aspecto cívico torna-se ainda mais pertinente quando se considera a observação, feita por outra liderança da *favela do Leme*, e cujo trecho da entrevista destacamos a seguir, quanto à sua convicção de que a UPP será mantida por já ter sido apropriada pela população.

Dessa vez vai ser diferente. Podem até pensar que é um projeto pra inglês ver, mas a sociedade já se apossou desse projeto, e ela não vai mais admitir perdê-lo. [...] Não é mais uma questão de um governo ou outro, ou de projeto político, para nós é uma questão social! (*Homem, 48 anos, liderança*)

A esse quadro podem ser acrescentadas as diversas manifestações de otimismo quanto ao efeito da UPP para o fortalecimento do acesso a direitos, especialmente o acesso à educação. A fala de uma moradora da *favela da Tijuca*, de que “a pacificação foi feita para as crianças” é, sob esse aspecto, bastante emblemática.

A pesquisa identificou uma estabilização das expectativas quanto ao futuro a partir da valorização simbólica de um projeto de vida que passa pela educação e pelo trabalho, ao invés do modelo de sucesso efêmero e marcado pela brutalidade representado pelo tráfico.

No que se refere à abertura de novos negócios e oportunidades de acesso à renda, a pesquisa capturou uma tendência, ainda que difusa, de otimismo, mas ela é mais evidente

nas favelas da Zona Sul, tanto na do Leme quanto na de Copacabana do que na da Tijuca. E uma das principais razões para essa diferença tem a ver com o fato de que nas duas primeiras, em função de sua localização, tem sido maior a afluência de turistas. Além disso, ambas as favelas da Zona Sul estão passando por obras de urbanização – na do Leme, o Morar Carioca, e na de Copacabana, o PAC – que se somam a outras inúmeras ações que tem ocorrido nessas favelas após a UPP, contribuindo para trazer uma grande movimentação de pessoas trabalhando – e consumindo – no local.

De todo modo, mesmo sem encontrar evidências de aumento dos negócios no local, a pesquisa realizada na *favela da Tijuca* notou um aumento da diversidade de empreendimentos. Sobre isso, esse jovem comerciante que abriu sua *lan house* uma semana após a entrada da UPP, fez a seguinte observação:

Mais oportunidade de comércio sim. Serviços que não tinham antes, como precisando tirar uma xerox de um documento, ou pessoas que não vinham aqui e agora vêm. (*Homem, 24 anos, comerciante*)

Outro aspecto importante do *efeito UPP* refere-se ao mercado imobiliário. Como era de se esperar, houve uma grande valorização dos imóveis das favelas ocupadas – bem como de seu entorno. Apesar de percebido como positivo, esse efeito também tem trazido um sentimento de ameaça; ligado a esse aspecto, as ações voltadas para a regularização dos serviços públicos como acesso à água e à energia elétrica, e a eventual necessidade de pagar Imposto Predial, também tem sido objeto de um sentimento ambíguo por parte dos moradores, que de um lado reconhecem o avanço desse processo, que tende a fortalecer sua cidadania, mas, de outro lado, temem que o aumento das despesas acabe por tornar inviável a permanência de muitos moradores no local, levando à já mencionada remoção patrocinada pela mão invisível do mercado. Essa ambiguidade aparece com mais ênfase nas favelas da Zona Sul, onde o aquecimento do mercado imobiliário das favelas é ainda mais expressivo. Compreende-se, assim, a preocupação dessa liderança, no trecho destacado a seguir:

O negócio é o “outro lado” se aproveitar disso tudo, se aproveitar da comunidade para fazer o que quer! Isso eu não acho legal. Aproveitar, eu digo, porque é comunidade, mas é na Zona Sul! E acabar usando tudo isso que estão fazendo em benefício próprio. De que jeito? A gente corre o risco de acabar não tendo como pagar luz, IPTU, essas taxas e sermos removidos. [...] Em muita gente aqui existe esse medo, de não poder permanecer na comunidade. A gente não sabe o que vai acontecer. (*Mulher, 50 anos, liderança*)

Mas a principal preocupação dos moradores das três favelas tem a ver com a incerteza quanto à permanência da UPP, havendo o receio de que ela possa ser interrompida após os

Jogos Olímpicos, em 2016. Essa incerteza aparece com muita nitidez na *favela da Tijuca*, como atesta essa passagem do grupo focal realizado com seus moradores:

Tem gente que duvida que eles fiquem dois anos, e acha que eles ficam no máximo até a Copa do Mundo e depois da Copa vão embora. (*GF*)

Talvez esse temor quanto à interrupção da UPP seja a mais forte demonstração do interesse dos moradores quanto à sua permanência. Ainda que sem convicção quanto ao que irá ocorrer, a fala dessa moradora da *favela do Leme* sintetiza bem o sentimento dominante na favela:

Meu desejo é de que fique, e acho que vai ficar, porque meu desejo é muito grande. Mas o povo acredita que não, que não vai ficar. (*Mulher, 40 anos, liderança*)

De fato, mesmo em uma favela como a do Leme, na qual, como já se observou, o entusiasmo com a UPP é muito evidente, os moradores parecem não ter dúvida em identificar uma relação de causalidade entre a UPP e os eventos internacionais que o Rio irá abrigar nos próximos anos. Por isso mesmo, temem que uma vez passadas as Olimpíadas, a UPP possa perder sua razão de ser. É o que se extrai, por exemplo, desse trecho de uma entrevista:

Mudou porque sabem que daqui a seis anos é o pessoal da favela que vai trabalhar para a Copa. A UPP só subiu por causa disso, 2014 e 2016! Depois acaba. E isso é uma coisa que eu e os outros temos que lutar, para que o tráfico não volte. É mais que certo que vai acabar. Aos pouquinhos... Daqui a pouco, vão ver que vai ter policial só no batalhão. Acabou as Olimpíadas, vai ficar que nem a África do Sul, vai voltar tudo à tona. (*Homem, 26 anos*)

Este também é o sentido da fala de uma liderança da *favela do Leme*:

Todos dizem que esse projeto de pacificação não tem como acabar. Mas a gente tem medo, de depois da Copa do Mundo, de nos abandonarem. (*Mulher, 50 anos, liderança*)

Ora, essa percepção dominante, de que a UPP está diretamente relacionada com a preparação do Rio para sediar eventos internacionais de grande porte como a Copa do Mundo de futebol e os Jogos Olímpicos, não apenas parece trazer uma leitura bastante pertinente do que esteve por trás do processo decisório que deflagrou a primeira UPP, bem como da decisão de se criar uma espécie de cinturão olímpico. Mas também é verdade que a própria percepção dos moradores vai deixando evidente que está em curso um

processo de adesão à UPP que talvez a transforme em um bem pelo qual eles próprios estarão dispostos a lutar quando passarem as Olimpíadas. Nesse cenário, haveria um deslocamento profundo da relação do mundo popular com a polícia, e, por conseguinte, da sua própria relação com o direito.

Mas se os moradores das três favelas acima analisadas vivem sob o medo de perder a UPP, na *favela do subúrbio* vive-se a incerteza produzida pela expectativa de que “alguma coisa vai acontecer”. Como o Grupo Focal com seus moradores capturou, os moradores dessa favela vivem sob os rumores a respeito da chegada da UPP, ou então sobre a instalação da Cidade da Polícia, ao mesmo tempo em que constatam que a favela se tornou destino de muitos traficantes foragidos de áreas ocupadas pela UPP:

[Participante 5]

Nossa! O movimento de carro, de moto, de drogas aumentou bastante. Não sei se tem a ver com a UPP, mas imagino que sim. Se eles não estão prendendo todo mundo, tem muita gente fugindo, indo pra onde a UPP ainda não chegou.

[Participante 10]

Com certeza o tráfico aumentou. Só daqueles que fugiram do Alemão deve ter vindo um monte para cá. Fora os outros... Dá pra perceber que tem mais movimento, mas não teve guerra por causa disso ainda não.

[Participante 3:]

Estão todos vindo mesmo para cá. Isso é verdade!

Com isso, o temor de um confronto que está por vir pareceu se intensificar ao longo da pesquisa na *favela do subúrbio*. Percebe-se, assim, o quanto a forma focalizada da UPP produz efeitos contraditórios: ao mesmo tempo em que produz tranquilidade e sensação de segurança nos locais em que está instalada, aumenta o sentimento de incerteza e de medo nas áreas fora de seu mapa.

O estudo do caso da *favela do subúrbio* nos adverte que enquanto o ganho produzido pela UPP não for universalizado, convertendo-se em uma política de segurança pública, ela não será realmente transformada em um avanço real na história do acesso aos direitos pelo mundo popular. É por isso que apesar de ocuparem momentaneamente posições distintas na geopolítica da segurança pública da metrópole do Rio de Janeiro, moradores das favelas com UPP e de territórios ainda sem UPP compartilham do mesmo sentimento: o de que a real sustentabilidade da liberdade, e do acesso aos direitos, depende de uma mudança mais profunda da polícia. Mas como política também é processo, o tempo-espaço criado pela UPP, com todas as limitações que ela carrega, não pode ser descartado enquanto uma real oportunidade para se avançar nessa direção.

IV – À Guisa de Conclusão: sobre o Futuro da UPP

Nosso entendimento acerca da UPP é o de que, antes de ser uma nova política de segurança pública, ela constitui uma reorganização da atuação policial, e neste sentido, estaria em continuidade com outras experiências anteriores que, no entanto, não conseguiram se afirmar. Mas também reconhecemos que a UPP é portadora de novidades importantes que, no limite, poderão permitir a criação de condições favoráveis para uma redefinição dos marcos da segurança pública no Rio de Janeiro – e por que não dizer, no Brasil.²⁴

Aprendemos com os moradores das favelas estudadas, especialmente quando comparamos as percepções daqueles que vivem em favelas com UPP com as dos que vivem em favelas sem UPP, que estamos diante de uma experiência, em pequena escala, de reforma da polícia. Não parece ter sido exatamente esse o cálculo das autoridades, pouco dispostas a enfrentar o desgaste político que o debate sobre a reforma da polícia já significou para gestões anteriores. Mas os moradores acusam a mudança, identificando e valorizando as novas práticas da polícia da UPP, e reiterando sua diferença em relação à polícia tradicional. Com isso, o que tem sido oficialmente apresentado como uma “pacificação” de territórios conflagrados, quando lido sob a ótica dos moradores, assume, na verdade, um outro significado: o da “pacificação” da polícia.

Mas é exatamente por ser na prática uma microrreforma da polícia sem pretender ser isso, que a UPP é vista pelos moradores como um experimento frágil, de futuro incerto, e que talvez não passe de um casuísmo, mobilizado apenas para atender aos imperativos dos grandes eventos que serão realizados no Rio de Janeiro.

De fato, o futuro da UPP está em aberto: ela tanto poderá ter o destino de outras iniciativas, diluindo-se na “velha polícia”, que mantém com o mundo popular uma relação marcada pelo desrespeito aos seus direitos; quanto, ao contrário, poderá ser a pedra fundamental de um processo de reforma progressiva da polícia. Nesta segunda hipótese a adesão da sociedade, e muito especialmente dos segmentos populares a essa nova polícia é que tornaria inaceitável o recuo.

Em nosso estudo, apesar da cautela e até do ceticismo verificado entre muitos moradores, constatou-se a esperança de que a UPP realize um destino diferente das experiências anteriores. Apesar de reclamações pontuais quanto aos abusos cometidos por uma polícia que tem mantido um tipo de controle muito ostensivo sobre a vida cotidiana das favelas, os moradores compreendem bem que com a nova polícia seus direitos, a começar pelo direito à liberdade, podem ser afirmados e passem a regular as relações no interior dos territórios de moradia.

Desse ângulo, a questão central que está em jogo na experiência da UPP não é tanto a do seu efeito pontual em cada favela, seja no acesso aos serviços públicos ou no florescimento dos negócios, mas, sim, a de saber em que medida essa experiência criará condições que venham permitir a universalização dessa nova polícia, pautada pelo respeito aos direitos dos moradores das favelas e periferias, de que a UPP parece ser um ensaio.

Talvez o maior mérito da presente pesquisa seja o de que ela capturou esse momento

decisivo para o destino da experiência da UPP que, a essa altura, se confunde com a própria sorte do futuro da democracia em uma metrópole como o Rio de Janeiro, atravessada por profunda desigualdade e pela segregação urbana de territórios populares. Momento esse marcado por sentimentos ambíguos, que combinam perplexidade e desconfiança de um lado, e esperança e otimismo de outro.

A pesquisa surpreendeu moradores que ainda se sentem perplexos diante da nova experiência: reconhecem seus avanços, mas temem que eles sejam passageiros. Confiam desconfiando, em uma polícia que, historicamente, sempre representou a face mais brutal do desrespeito à cidadania do mundo popular; uma polícia que sempre atuou à margem dos marcos da “violência legítima”, e que, por outro lado, retroalimentou grupos paramilitares que fizeram com que, ao menos nas favelas, o Estado nunca tenha tido o monopólio sobre essa “violência legítima”.

Ainda que com nuances em cada uma das favelas estudadas, a pesquisa constatou o amplo reconhecimento entre os moradores de que a UPP abre um outro horizonte para eles. Mas o pesado legado de desconfiança mútua entre a polícia e os moradores das favelas ainda se faz presente.

Por isso, a palavra central que sobressai desse estudo é *confiança*. Para estabelecê-la será necessário assegurar a continuidade da UPP para além dos Jogos Olímpicos, transparência no processo decisório, e diálogo com a população. Caso se assegure esse ambiente de confiança passa a ser possível imaginar um cenário no qual a alta ostensividade que tem caracterizado a UPP possa ser gradualmente substituída por uma generalização – não da UPP em si mesma –, mas das novas práticas de que ela tem sido portadora.²⁵ Neste caso, estaríamos diante de uma situação na qual o modelo experimentado nas favelas, forjado na relação com o mundo popular, seria gradualmente estendido a outras áreas da metrópole.

O fato é que com a UPP, o debate sobre a reforma da polícia pode estar ganhando um novo e poderoso aliado, os moradores das favelas e periferias da metrópole. Vítimas preferenciais da “velha polícia”, percebem a oportunidade que o tempo-espço da experiência da UPP abre para a afirmação da sua cidadania. Caso se consiga transformar essa percepção em opinião organizada, poderá ocorrer uma fratura no modelo ora vigente, que ainda parece baseado no consenso tácito de que o controle social dos pobres urbanos deve operar sob a linguagem do arbítrio e da violência aberta, e não sob a linguagem dos direitos.

Recebido em 18/09/2012
Aprovado em 09/10/2012

Notas

.Disponível em:

<<http://extra.globo.com/casos-de-policia/alemao-vila-cruzeiro-200-ataques-em-nove-dias-desencadearam-ocupacao-das-favelas-3289045.html#ixzz1epbi9Lhy>>. Acesso em

². O nome “Chacina do Pan” é alusivo aos Jogos Pan-Americanos, realizados no Rio de Janeiro em julho de 2007. A operação no Alemão envolveu cerca de 1.200 policiais, e o descompasso entre o custo humano desse tipo de operação e o seu resultado prático fica evidente quando se considera que, do ponto de vista da lógica policial, o saldo da operação teria sido a apreensão de apenas 14 armas.

³. A pesquisa foi encomendada pelo Banco Mundial, e sua concepção geral e realização deveu muito a Janice Perlman (Presidente do Mega-Cities Project e pesquisadora *senior* da New York University), que também atuou como coordenadora geral do trabalho juntamente com Marcelo Burgos (PUC-Rio). A pesquisa de campo foi coordenada por Luiz Fernando Almeida Pereira, Mariana Cavalcanti, Mario Brum e Mauro Amoroso. A equipe de pesquisadores contou com a participação das estudantes de Ciências Sociais Camila Tinoco, Kristina Rosales, Marcele Sótenos, Mila Lo Bianco e Talita São Thiago, e das assistentes de pesquisa Cláudia Sabino, Consuelo Nascimento, Gleide Guimarães Alentejo, Monique Rocha e Tâmara Silveira.

⁴. Trata-se de uma grande favela, localizada na região suburbana da cidade.

⁵. Os Grupos Focais foram realizados por Mellissa Abla Steinbruck.

⁶. Para uma análise desse período, ver, entre outros, Soares, F. (2002); Soares, L. & Sento-Sé (2000); Ribeiro *et al.* (s/d); Misse & Paes (s/d); Zaverucha (2001).

⁷. Sobre esse ponto, ver entrevista de Luiz Eduardo Soares, disponível em <<http://www.luizeduardosoares.com/?p=854>>. Acesso em 25 de outubro de 2011.

⁸. Historicamente, a presença de mandões locais nas favelas do Rio de Janeiro remete a figuras como o “dono do relógio” (alusão ao acesso à energia elétrica), e o “dono da água”, e não estava diretamente associada a indivíduos envolvidos com a criminalidade violenta. Tal posição de poder sobre o acesso a bens coletivos frequentemente se combinava com formas políticas de poder sobre a vida local. Só mais recentemente, especialmente a partir de meados dos anos de 1970, o exercício do poder sobre o território passou a ser feito por indivíduos e grupos envolvidos com a criminalidade violenta. Sobre isso, ver Diniz (1982) e Burgos (1989).

⁹. Pesquisa realizada em 2010 pelo CESEC/UCAM com policiais da UPP, demonstra que os próprios policiais entendem que a mídia fala melhor da UPP do que eles acreditavam que ela era. O dado foi apresentado em seminário aberto ao público, mas até a conclusão deste artigo a pesquisa ainda não tinha sido publicada.

¹⁰. Um momento importante dessa construção midiática ocorre em agosto de 2009, quando o jornal *O Globo* publica uma série de reportagens especiais, ao longo de uma semana, intitulada “Democracia nas Favelas”. Essas matérias já apresentavam a UPP como uma política vitoriosa, e davam destaque às previsões e projeções de quanto custaria e quais

seriam os efeitos de sua generalização para todas as favelas da cidade. É notável, ainda, a mudança de enquadramento desta série – em que a cidadania dos moradores de favelas é valorizada como ângulo privilegiado para se analisar a UPP, em contraposição às imagens já consagradas das favelas como redutos do crime e de criminosos, reais ou potenciais.

¹¹. Para outras leituras sobre as UPPs, ver CESEC/UCAM (2012); Cunha & Mello (2011); IBPS (2010); Mattar, Chequer & Dias (2010).

¹². Como observa Marcelo Neri (2011, p. 48), “após dar os pobres ao mercado”, será necessário ir além de “dar o mercado às comunidades”, tratando-os como “protagonistas de sua história...”

¹³. Nos termos de Robert Putnam (1996, p. 177), “capital social” diz respeito a “características de organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade”.

¹⁴. Marcia Leite observa, ainda, que malgrado esse empenho dos moradores, “esbarram em uma interpretação, baseada na ‘cultura do medo’, que traduz ‘convivência forçada’ [com o tráfico] por ‘convivência’ ou ‘ambiguidade moral’” (2008, p. 135).

¹⁵. Segundo relatos das atuais lideranças locais, ambas as associações participaram da fundação da FAFEG (Federação das Associações de Moradores de Favelas da Guanabara) na década de 1960.

¹⁶. Conforme mencionado anteriormente, trata-se de um Grupamento de Policiamento de Áreas Especiais.

¹⁷. “Estratégia dos Gpaes nas favelas vai ser revista”, *O Dia*, Rio de Janeiro, 26/4/2008.

¹⁸. Sobre o PAC desenvolvida nessa favela, ver Lo Bianco (2011).

¹⁹. Edificação a ser construída pelo Governo do Estado reunindo diversos órgãos especializados da Polícia Civil.

²⁰. Sobre a questão da categoria de liderança na *favela do subúrbio*, ver Cavalcanti (no prelo).

²¹. Para uma boa discussão sobre a construção do espaço público no Brasil, ver Costa (2002).

²². O CCS, que foi concebido pelo governo estadual que antecedeu ao atual, chegou ser ocupar certo protagonismo na proposta de política de segurança pública do Rio de Janeiro. Atualmente, apesar de continuar a existir, parece não fazer parte da ordem de prioridades da política governamental. Para mais informações sobre os Conselhos Comunitários de Segurança, visitar o sítio do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro em <<http://www.isp.rj.gov.br/>>.

²³. Para um aprofundamento desse ponto, ver Burgos (2013).

²⁴. Para além dos aspectos mais visíveis da experiência das UPPs, é importante valorizar o fato de que ela tem importado também em inovações técnicas e operacionais na gestão da segurança pública. Exemplo disso é a aplicação de ferramentas como o georreferenciamento, que, como sustentam Faria, Costa & Corrêa (2012), permite um monitoramento mais preciso da atuação policial na escala territorial.

²⁵. Um esforço importante que precisa ser realizado de modo mais sistemático é a comparação entre a experiência da UPP e a de outras políticas de segurança pública bem-sucedidas na América Latina. Para essa reflexão, uma boa entrada é o trabalho de Velásquez (2012), que trata das experiências de Guayaquil, Medellín, Bogotá e São Paulo.

Bibliografia

- ALVITO, Marcos. **As cores de Acari**. Rio de Janeiro: FGV Publishing House, 2001.
- BRUM, Mario Sergio. **Cidade Alta: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2012.
- BURGOS, Marcelo. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: Zaluar, Alva & Alvito, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, pp. 25-60.
- _____. **A utopia da comunidade**. Rio das Pedras, uma favela carioca. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/Loyola, 2002.
- _____. Cidade, territórios e cidadania. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, vol. 48, nº 1, pp. 189-218.
- _____. Favela, conjuntos habitacionais, bairros populares e outras formas urbanas: por uma agenda de luta pela cidade. In: Carmen Beatriz Silveira; Tania Fernandes e Bárbara Pellegrini (org.). **Cidades saudáveis**. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2013, no prelo.
- CANO, Ignacio. Seis por meia dúzia: Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas “milícias” no Rio de Janeiro. In: (2008). **Justiça global, segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2009, pp. 48-103.
- CAVALCANTI, Mariana. **Of shacks, houses and fortresses: an ethnography of favela consolidation in Rio de Janeiro**. Tese de PhD, University of Chicago, 2007.
- _____. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 24, nº 69, fev., 2009, pp. 69-80.
- _____. Waiting in ruins: the politics and aesthetics of favela urbanization in “PACification” Rio de Janeiro. In: Graham, Steve; Desai, Renu & McFarlane, Colin (eds.). **Everyday infrastructures and the city**. (no prelo).
- CESEC/UCAM. **UPP social**. Pesquisas etnográficas. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, 2010.
- COSTA, Sergio. **As cores de Ercília**. Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da Silva. Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. 4, nº 3, 2011, pp. 371-401.
- DINIZ, Eli. **Voto e máquina política**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- FARIA, Alessandra M. T.; COSTA, André S. & CORRÊA, Roberta de M. Áreas Integradas de Segurança Pública e suas representações: efetivo policial, densidade demográfica e ocorrências criminais. In: Ribeiro, Paulo Jorge & Ferraz, Thaís Chaves (orgs.). **Segurança pública**. Temas e perspectivas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, pp. 161-186.
- FISCHER, Brodwyn. **A poverty of rights: citizenship and inequality in twentieth century Rio de Janeiro**. Stanford: Stanford University Press, 2008.

- GONÇALVES, Rafael Soares. **Les favelas de Rio de Janeiro: histoire et droit – XIX et XX siècles**. Paris: L'Harmattan, 2010.
- IBPS. **Pesquisa sobre a percepção acerca das Unidades de Polícia Pacificadora**, 2010.
- LEITE, Marcia. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade. In: Machado da Silva, Luiz Antonio (org.), **Vida sob cerco**. Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- LO BIANCO, Mila. **O PAC-Manguinhos: política urbana, usos e representações da cidade**. Trabalho de Conclusão de Curso, Escola de Ciências Sociais e História, CPDOC/FGV, dezembro de 2011.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Afinal, qual é a das UPPs?. Observatório das Metrópoles. Disponível em <http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf>, 2010. Acesso em 18/04/2013.
- _____. (org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MATTAR, Flavia; CHEQUER, Jamile & DIAS, Mariana. UPP: Tecendo discursos. **Democracia Viva** (IBASE), nº 45, 2010, pp. 72-79.
- MISSE, Michel; PAES, Vivian F. **O Programa Delegacia Legal no Rio de Janeiro: Avaliação de uma experiência modernizadora na Polícia Civil Brasileira**. NECVU-IFCS/UFRJ, s/d.
- MUSUMECI, Leonarda (coord.) *et al.* **Segurança Pública e Cidadania**. A experiência de Policiamento Comunitário em Copacabana (1994-95). Rio de Janeiro: ISER/Núcleo de Pesquisa, 1996.
- NERI, Marcelo Cortes (coord.). **UPP2 e a economia da Rocinha e do Alemão: do choque de ordem ao de progresso**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2011.
- PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PERLMAN, Janice. (2010). **Favela**. Four decades of living on the edge in Rio de Janeiro. Nova York: Oxford University Press, 2010.
- PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**. A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- RIBEIRO, Ludmila M. L. (coord.); SILVA, Klarissa A. & SILVA, Marcella C. de A. **Cronologia das políticas de segurança pública e dos modelos de policiamento: Rio de Janeiro, 1983-2010**. Projeto História do Policiamento Comunitário do Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, s/d.
- SILVA, Maria Laís Pereira da. **Favelas cariocas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- SOARES, Francisca V. **A Política de segurança pública dos governos Brizola e Moreira Franco à margem da nova violência**. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2002.
- SOARES, Luiz Eduardo. **Meu Casaco de General: 500 dias no front da Segurança pública do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.
- _____; SENTO-SÉ, João Trajano. **Estado e segurança pública no Rio de Janeiro: dile-**

- mas de um aprendizado difícil. Projeto Mare-Capes – Reforma do Estado e Proteção Social – Subprojeto Segurança Pública. Disponível em: http://www.fireball.com.br/demo/cesec/wp-content/uploads/2011/06/MARE-CAPES_01_Est_seg_publ_RJ.pdf Acesso em 18/04/2012.
- VALLADARES, Licia. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- VELÁSQUEZ, Hugo Acero. Como recuperar y garantizar la seguridad de los ciudadanos. In: Ribeiro, Paulo Jorge & Ferraz, Thaís Chaves (orgs.). **Segurança Pública**. Temas e perspectivas. Rio de Janeiro, Garamond, 2012.
- ZAVERUCHA, Jorge. Poder militar: entre o autoritarismo e a democracia. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 15, nº 4, 2001, pp. 76-83.